



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1095/08	DATA: 09/07/2008
INÍCIO: 10h42min	TÉRMINO: 12h29min	DURAÇÃO: 02h7min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h17min	PÁGINAS: 58	QUARTOS: 28

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WILSON ALFREDO PERPÉTUO – Delegado de Polícia Federal.
PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI – Advogado.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada em Tremembé, Estado de São Paulo.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ininteligíveis.
Leitura não conferida por falta de material.
Não foi possível checar o nome correto de Christian Brust Figueiredo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro aberta a 51ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, Edição 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Esta reunião foi convocada para tomada de depoimento do Dr. Wilson Alfredo Perpétuo, Delegado de Polícia Federal.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser apartado. O Relator disporá do tempo que for necessário para as suas interpelações.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura: sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

Estão presentes a esta sessão os Deputados: William Woo, Edmar Moreira e o Relator, Deputado Nelson Pellegrino.

Com a palavra o Dr. Wilson Alfredo Perpétuo, por até 20 minutos, a quem convido a sentar à mesa, bem como o seu advogado. *(Pausa.)*

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Vou dar uma organizadinha aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não.

Fique à vontade para preparar seu material. O tempo passará a contar a partir do momento em que V.Sa. se manifestar ao microfone. *(Pausa.)*

Antes de V.Sa. começar seu depoimento, vou esclarecer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não tem por objetivo nem condenar, nem absolver quem quer que seja. O objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito é colher subsídios a respeito da questão relativa a interceptações telefônicas, sejam elas as feitas de forma legal, sejam as ilegais ou os equipamentos utilizados para essas interceptações, pois o objetivo é fazer a radiografia da questão da interceptação telefônica no País, a fim de fazer um aprimoramento na legislação relativa a essa questão.



Com a palavra V.Sa.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Inicialmente, eu gostaria de agradecer e cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Fale perto do microfone, por favor.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Inicialmente, gostaria de agradecer e cumprimentar os membros desta CPI pelo brilhante trabalho que está sendo feito. Eu tenho acompanhado esse trabalho através de CONJUR, através de notícias da imprensa. Realmente, é o que o Brasil precisava para disciplinar este samba do crioulo doido que são as escutas telefônicas realizadas em nosso País. Eu trouxe aqui 2 volumes do início do meu processo, onde têm as provas cabais do que eu vou afirmar. Fiz aqui, inclusive, um pequeno índice do que existe dentro desse processo, as grandes irregularidades que me levaram a estar cumprindo 4 anos de prisão e um total de pena de 60 anos de cadeia. Vou comentar durante o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou pedir a V.Sa. que entregue à Comissão Parlamentar de Inquérito, ao final, a cópia desse processo, que nós sabemos que se encontra sob segredo de Justiça. Mas o segredo de Justiça é transferido para a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Exatamente. Certo. Porque a minha preocupação é que eu sei que vou desgostar muita gente com o que vou dizer aqui e deverei sofrer retaliações. E essa seria uma, porque seria segredo de Justiça. Vou entregar, depois, ao final, à Comissão, que vai transferir, realmente, para segredo de Justiça da Comissão. O DPF, hoje, uma casa onde eu servi durante 26 anos, tem feito excelentes operações, muitos acertos, mas tem cometido muitos erros. Essa certa blindagem que, hoje, está sendo cometida ao DPF, porque está com aprovação pública, um alto índice de aprovação pública, faz com que se cometam arbitrariedades, e essas arbitrariedades são deixadas de lado. Seria a mesma coisa, por exemplo, de a Polícia Militar estar prendendo bandidos, mas matando os bandidos. A arbitrariedade deixa de lado, porque ela está prendendo bandidos. E o que está acontecendo hoje, nós vamos ver, é que arbitrariedades estão levando gente à prisão, gente inocente à prisão, e é de um lado só. Nós tivemos dentro do



DPF, por exemplo, com o próprio Diretor de Inteligência, um caso em Brasília, o Dr. Emanuel Balbino, caso de repercussão, e não soubemos que tivesse acontecido nada. O Dr. Gilmar Pimentel também, que era o segundo homem do DPF, usava o avião do DPF em caráter particular, e não houve essa repercussão que se tem dado a prisões de outras pessoas dentro do DPF que são perseguidas. Eu trouxe aqui, para entregar para a Comissão, o meu currículo, um breve currículo, e trouxe também meus assentamentos funcionais. Eu, durante 26 anos em que permaneci no serviço ativo, só tenho elogios em meus assentamentos funcionais. Vou passar também à Comissão uma cópia dos assentamentos funcionais. Os senhores poderão observar que ocupei cargos de relevância dentro da polícia, dentro desses 26 anos, e os assentamentos funcionais demonstram que eu não tive punições. Só a partir de 2004, quando ocorreu essa perseguição, é que eu entro no preenchimento de penalidades. Antes disso, não havia nada. Então, não devo ter ficado louco de repente. Estava em vias de me aposentar, cumprindo o meu papel em Ribeirão Preto, onde sou querido pela população. Prova disso, tenho uma série de homenagens prestadas por onde passei e também por Ribeirão Preto. Até a título de ilustração, trouxe aqui algumas das homenagens que me prestaram por onde passei, inclusive em Ribeirão Preto, para desmentir que eu, em Ribeirão Preto, era uma pessoa malquista, uma pessoa que me aproveitava do cargo. Então, tenho aqui todos esses diplomas, homenagens e muitas outras que eu não juntei aí. Tanto é que eu nem mandava... Vai ver que essas aqui nem constam nos elogios, porque eu nem mandava para cá, porque eu não precisava de elogios. Eu tinha que estar em paz com a minha consciência. Inicia-se esse processo com uma carta anônima. Então, o relatório aqui do DIP/DPF é em cima de uma carta anônima, que me acusa de 2 fatos aqui: um fato é que uma empresa, a Riber Águias, que estava fazendo uma segurança irregular, eu determinei o encerramento dessa segurança — não da empresa, da segurança irregular —, porque não era empresa de segurança. E competia a mim fazer esse encerramento, porque eu era Presidente da Comissão e Junta de Vistoria lá de Ribeirão Preto. Então, que eu estava perseguindo essa empresa. A empresa entrou com mandado de segurança contra mim e perdeu, porque o próprio juiz verificou que a empresa fazia segurança irregular. Então, não foi perseguição nenhuma. O outro fato foi um depoimento de um senhor chamado



Christian Brust Figueiredo, que importou ilegalmente *jet-skis* dos *Estados Unidos*. E eu atendi o representante da Milmar, em meu gabinete, e ele me trouxe as provas de que foram comprados ilegalmente nos Estados Unidos, porque não vendiam para o Brasil, porque aqui só tinha um representante, a Milmar. Então, ele comprou — porque tinha cidadania também americana — comprou de cartão de crédito, desmontou e fez uma importação dele desmontado, via Manaus. Então, nós fizemos apreensão desses *jet-skis*. E não fui eu que toquei o inquérito. Quem tocou o inquérito foi Dr. José Procópio. Então, têm essas acusações. Os senhores verão que, no bojo depois do inquérito, elas somem. Então, isso baseou a escuta e a carta anônima. Essa carta anônima eu tomei ciência de que foi escrita por um delegado invejoso pelo meu sucesso em Ribeirão Preto. Não posso citá-lo, porque a testemunha esteve presa comigo em Brasília. No momento em que eu mostrei o meu processo, ele falou: “*Essa carta anônima foi feita no meu escritório*”. O delegado foi ditando — esse delegado morava comigo, nós éramos companheiros e até morávamos juntos — e meu funcionário foi preenchendo. Só que, lamentavelmente, ele falou: “*Não vou depor nem meu funcionário vai depor, que eu sei que a retaliação virá*”. Então, não pude nem aproveitar para o meu processo isso que eu sabia da carta anônima. E essa carta anônima gira tudo em cima de Ribeirão Preto, porque havia uma inveja muito grande pelo meu sucesso, na cidade de Ribeirão Preto, onde sou muito benquisto. Diz também aqui nessa carta anônima — são críticas à administração, e também o Ministério Público Federal é citado nesse relatório — que, certa ocasião, eles estiveram em Ribeirão Preto, lá na delegacia, num momento em que eu não estava — eu estava na inauguração de uma delegacia em Araraquara —, e, quando eu retornei, ao saber que o Ministério Público tinha ido lá e tinha tentado saber de coisas que não eram de competência dele, segundo ele diz aqui, eu disse que aqui na delegacia não tem homem para peitar o Ministério Público. Porque o Ministério Público, é lógico, tem o dever do controle externo da Polícia Federal, que está na Constituição. Mas a parte administrativa não compete ao Ministério Público saber. Eu tive, assim, uma relação pouco amistosa com o Ministério Público. Então, eu passei a ser uma pessoa *non grata*, uma pessoa malvista pelo Ministério Público. O Dr. José Procópio, que também foi acusado nessa carta e, inclusive, numa segunda carta anônima — está



tudo aqui nesse índice que eu vou deixar — foi acusado até de receber, parece, 25 mil reais ou 25 mil dólares por mês, para que não perseguisse as pessoas, o Dr. Procópio, depois da carta anônima, foi promovido. Ele foi chefiar o setor de aeronáutica da Polícia Federal em Brasília. E eu passei a responder processo. A carta era para os 2. Então, desde aí já se vê que passo a ser perseguido. O DIP/DPF, no início dessa escuta telefônica, nesse relatório que realmente foi aceito sem grandes pormenores, ele esquece no Aeroporto de Cumbica, em cima do balcão, um envelope pardo contendo as minhas degravações da escuta telefônica. A companhia aérea — era um envelope sem descrição nenhuma — abriu e viu que se tratava de coisas da Polícia Federal e levou na delegacia do aeroporto. Os colegas me avisaram. Falaram: *“Olha, você está sendo grampeado”*. Então, eu sabia que estava sendo grampeado. Praticamente, oficialmente eu sabia que estava sendo grampeado. E não falava nada demais ao telefone, não conversava nada demais. Mas passaram a distorcer totalmente o que eu falava. Tem aqui um caso — os senhores depois, com mais calma, não quero gastar todo meu tempo aqui —, que depois posso até localizar, em que eu vendi uma casa em Uruguaiana — eu servi em Uruguaiana. Vendi minha casa ao inquilino, que era fiscal da Receita. E se estava no grampo, eles sabiam que eu estava tratando de venda de casa, porque combinamos o pagamento de 6 cheques de 10 mil reais. Foi o total 60 mil reais a casa. E sabiam, porque, se está no grampo, ele me grampeia tudo, ele não me grampeia só num dia ou no outro. Nesse ínterim, o primeiro e o segundo cheques depusitei normalmente, e o terceiro, salvo engano, caiu sem fundos. Eu liguei para o inquilino, para o comprador da casa e falei: *“Olha, seu cheque caiu sem fundos.”* Ele falou: *“Realmente, eu me atrapalhei demais aqui e sabia que o teu cheque ia voltar. Mas você reapresenta e na semana que vem até vou te mandar os outros 10 mil da próxima prestação. Então pode apresentar o cheque”*. Eu apresentei, o cheque veio normalmente. Na outra semana, nós conversamos, o que está aqui. Ele está dizendo dos 10 mil reais e tal que eu mandei. Aqui é distorcido criminosamente para, em vez de Uruguaiana, que é 051 o telefone, transfere a conversa para Foz do Iguaçu, Paraná. E sempre quando se fala de Foz de Iguaçu tem um ponto de interrogação. E uma tríplice fronteira complicada, de bandidos. Então, transferiram para Foz do Iguaçu esse telefonema, dizendo: *“Homem suspeito, César”* — que é o



meu comprador da casa — *“faz remessas mensais para Perpétuo”*, para induzir que eu realmente estava com alguma coisa em Foz do Iguaçu. É 041 o DDD, e lá é 051. E sabiam que era venda de uma casa, porque tinha conversado anteriormente da venda da casa. A Operação Lince foi desencadeada no dia 23 de junho de 2002. Fizeram buscas no meu apartamento, na casa de minha sogra e na minha sala na Polícia Federal. Não acharam nada. Não tinha nada que me comprometesse, ilícito penal. Eu tinha trancado dentro de um armário uma pasta de couro preto, onde eu fazia palestras sobre combate ao uso e ao tráfico de drogas. Inclusive, dava aula na PM, na Guarda Municipal — até parece que tem uns agradecimentos. E, dentro dessa pasta, eu tinha as amostras das drogas em embalagens lacradas, hermeticamente fechadas, transparentes e rotuladas com seus respectivos nomes. Ao final das palestras, eu colocava na mesa, para que o povo se aproximasse e visse o que era maconha, o que era cocaína, o que era craque. E fazia essas palestras em escolas, maçonaria, faculdades. Como eu disse, dava aula na PM, dava aula para a Guarda Municipal. Isso eu já fazia há mais de 20 anos. Em Ribeirão Preto eu fiz direto. Então, outra vez, maliciosamente, retiraram — ao invés de se apreender a pasta toda, que é comum numa operação, uma pasta que contenha indício de crime se apreende a pasta toda, para ver o que são os outros papéis; os outros papéis eram os papéis da aula, era preparação da aula, mas tinham que ser apreendidos — tiraram só essas drogas, me indiciaram na lei de drogas, e fui condenado a 6 anos e 8 meses de reclusão. Esse processo passou pelo tribunal, foi reformado, por unanimidade, por inexistência de crime. E eu tinha também 6 armas na minha sala, eram armas calibre 38, pertencentes ao DPF, com cujas armas eu costumava dar aula de tiro, inclusive para juízes federais, para procuradores da República; eles atiravam com essas armas. Periodicamente eu dava aula de tiro até para o nosso pessoal. As armas... Foi consultado o SINARM, certo, onde não constavam essas armas. Porque as armas do DPF — casa de ferreiro, espeto de pau; talvez as novas, ou se fizeram agora o cadastramento —, arma nenhuma do DPF era cadastrada no SINARM. Não procuraram no acervo da delegacia para saber se essas armas estavam lá. Aí, fui processado também por isso. Durante a instrução do processo, eu levei o acervo da delegacia, a certidão: *“Essas armas são do DPF”*. Mas me processaram por eu ter armas irregulares na



minha sala. Então, tudo dirigido para uma perseguição. A minha vida financeira foi esmiuçada. Na Receita Federal, esmiuçaram minha vida financeira. Eu, como disse, terminei minha carreira sem nada praticamente: um pequeno apartamento e um terreno. Eu tenho aqui a certidão da Receita Federal. E a Receita diz que o meu modesto patrimônio é compatível com o meu salário. Então, também foi investigada pelo MPF a vida financeira. O processo é segredo de justiça. Aí a imprensa é, toda ela, convocada no dia anterior, por um *fax* — está aqui, da Receita Federal. Então se convoca a imprensa, toda ela. Brasília pede, no dia anterior — não sabíamos para que era —, que mande... Esse *fax* vai para Brasília. E se pediu que todos os contatos, de toda a mídia — rádio, televisão —, fossem mandados para Brasília, para que eles convocassem. Nós não sabíamos. Já entendemos o que era isso. Para convocar a imprensa para que, às 6 horas da manhã — era o desencadeamento da operação —, lá estivesse, no DPF, para fazer a cobertura da nossa prisão. E se falou bastante, já prejudgando todo mundo que foi preso na operação. Tudo isso em segredo de justiça. Quando da busca em minha residência, um rapaz do DPF, que compunha a equipe, me filmou. Filmou a busca em minha casa. Eu atendi prontamente, quando ligaram para mim. Eu morava num apartamento. Não pedi nem um segundo para que deixassem eu me vestir. Falei: *“Vocês entrem, que eu vou me trocar”*. Eu estava de pijama. Fui filmado de pijama. E à noite, para minha surpresa, apareceram em todos os horários televisivos as minhas imagens, para me humilhar. E embaixo: *“Imagens cedidas pela Polícia Federal”*. Então, é isso que a Polícia Federal faz. Ao invés de ser conduzido para São Paulo, porque, inclusive, a própria lei diz que você tem que ficar preso na sua repartição — minha repartição era em São Paulo; Ribeirão Preto, Superintendência de São Paulo —, fui levado para Brasília, para que ficasse longe da família, para, psicologicamente, me abalarem. Então, passei 6 meses em Brasília, preso lá, quando a Superintendência aqui é uma superintendência nova. Tinha vaga à vontade aqui, mas fui levado para Brasília, exatamente para tentarem me humilhar mais um pouco e eu ficar longe da família. Fiquei longe da família todo esse tempo. Dividiram esse processo inicial em 13 miniprocessos. Então, a cada escuta interpretada, era um processo. Dividiram em 13. E o juiz decretou, em 12 deles, porque os outros 2 foram posteriormente — ou seja, os 11 primeiros —, prisão



preventiva em cada um deles. Disseram que era para facilitar minha defesa. Quer dizer, então, se eu consigo quebrar uma prisão preventiva, tenho de quebrar outra, quebrar outra. Então, vão anos para que isso aconteça. Esses processos chegam a dar nojo. À pessoa que os vê com isenção, chega a dar nojo. Mas tenho recebido condenações. Mesmo dentro disso, tenho recebido condenações. Só vou exemplificar um processo para os senhores, para os senhores terem idéia do que são os outros. Fora esse das drogas, que eu tomei 6 anos e 8 meses e fui reformado, eu era presidente da... eu era presidente da comissão junta de vistoria, que controla as empresas de segurança privada, as escolas de formação de vigilantes. E a empresa ENGEFORT, uma empresa de São Carlos, cujo dono é até um coronel da PM, uma empresa correta, honesta — o Coronel Figueira é um homem exemplar dentro da Polícia Militar, que se aposentou e montou essa empresa —, deu entrada num pedido de compra de armas, porque tinha um contrato com determinada empresa e tinha que ser segurança armada. Então, ela juntou o contrato para mostrar que ela precisava dessas armas e mandou... Fez o processo... A instrução do processo é feita na delegacia, mas, nessa instrução, a gente simplesmente só reúne documentos. A gente não apita em nada. Então, foi para Brasília. E Brasília começou a demorar para liberar a compra das armas. E o pessoal sempre em cima, querendo saber, porque eles tinham um contrato a cumprir, senão iam perder o contrato. E Brasília: *“Estamos assoberbados. O serviço é muito. São centenas e centenas de processos”*. A empresa me fez um pedido, um requerimento, se eu permitia que ela usasse, senão me engano, 10 armas da outra empresa que ela tinha no grupo, que era a Escola de Formação de Vigilantes; se ela poderia usar, a caráter precário, para implementar os serviços, senão ia perder o serviço, o contrato. E o DPF é que estava demorando em Brasília. Eu autorizei. Autorizei por 30 dias, a caráter precário. Os 30 dias se passaram, e o DPF nada. Brasília, a mesma coisa. O serviço... Ela me faz outro pedido: *“Posso prorrogar por mais 30 dias?”* Mais 30 dias. Então, acho que fiz mais umas 2 ou 3 prorrogações. Não me recordo exatamente. Fui processado por isso, porque não poderia ter autorizado que ela usasse a arma da outra empresa, a caráter precário. Eu acho que era uma infração administrativa, porque o DPF é que dava azo à demora. Não foi a empresa. A empresa cumpriu tudo, pagou a taxa, pagou tudo. E o DPF dava azo à



demora. Eu fui premiado nesse processo com 17 anos de reclusão em regime fechado. Quer dizer, se tivesse matado alguém, eu tomaria 12. Mas tomei 17 anos. Então, esses pequenos processos, com essas variantes, somam uma pena de 60 anos... 63 anos, 4 meses e 10 dias de prisão. A defesa lutou, teve difícil acesso aos autos. Enquanto isso, o Ministério Público fornecia, durante o processo, as informações à mídia. Esse segredo de justiça onde está? Em todos os processos, teve só uma testemunha de acusação, num processo em que um informante meu foi preso. Só uma testemunha de acusação. O Ministério Público não tinha testemunhas de acusação. Só esse. E esse aí, está aqui a prova cabal de que foi pressionado pela Polícia Federal a mentir. Um sujeito que estava com uma prisão preventiva decretada de 15 anos, um bandido... Quinze anos de prisão preventiva... Aliás, ele já tinha sido julgado e condenado. Mandado de prisão, desculpem, de 15 anos. Foi achada na casa dele uma pistola 9 milímetros carregada, com numeração raspada, com mais 40 cartuchos. E foi tudo isso solenemente ignorado, e o sujeito foi colocado em liberdade. E ele mentiu. Mentiu, dizendo que ouviu dizer, do sujeito com quem ele trabalhava junto, que esse sujeito era muito amigo do delegado e faziam coisas irregulares. Ele ouviu dizer do outro. Não foi ele que ouviu de mim. Não me conhecia. Mas foi colocado em liberdade. Eu tenho aqui os documentos que provam a prisão dele e outras declarações de pessoas que foram instadas a mentir contra mim. Inclusive, tem uma aqui... Esse aqui foi dentro do processo disciplinar. O meu informante foi preso também, porque o meu informante era bandido. Informante de polícia é bandido. Não tem padre informante, certo? Então, esse meu informante foi preso porque ele tinha, lá pelo Paraná, quadrilha dele que desviava cargas. Eu não tenho nada... nenhuma conversa comprometedoras com ele em razão de cargas. É bandido. Esse meu informante, segundo ele depôs, foi procurado por 2 delegados de Polícia Federal, foi retirado do presídio onde ele estava, levado a uma delegacia de polícia. Disseram para ele levar um rascunho do que ele tinha que falar contra mim, e ele seria colocado em liberdade. Mesmo bandido, ele não aceitou essa proposta indecente aqui. A interceptação telefônica... Isso aqui deu uma geral. A interceptação telefônica... Os senhores verão aqui que as várias prorrogações são tanto um despacho padrão da juíza como um despacho padrão do Ministério Público para as interceptações. Ele, ao invés de ter sido dirigido, quando está esse primeiro



ofício aqui, ao invés de ser dirigido a quem couber por distribuição à Justiça, já foi endereçado direto à juíza, à juíza substituta. Ele não foi dirigido a quem couber por distribuição.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É o primeiro ofício?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É o primeiro ofício, certo? Que deveria ser a quem couber por distribuição. Então, já foi escolhida essa juíza. Ela substituíra, na época, a 3ª Vara, mas ela era substituta da 4ª.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Isso em São Paulo ou...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Em Ribeirão Preto. Depois...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quantas varas?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - São 10 varas. Então, a juíza... Já foi endereçado para ela. Ela era substituta da 4ª e estava substituindo na 3ª. E depois o processo vai para a 4ª Vara. Acompanha.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Tinha algum inquérito anterior com ela?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Nada. Não existe inquérito. Nada. Foi excluída, porque está aqui o nome dela. Aí vai para a 4ª Vara. Esse processo vai para a 4ª Vara, e aí ela se dá por suspeita, porque na 4ª Vara trabalhava uma menina no cartório — fazia um estágio, uma estagiária — que era filha de um agente que foi preso na operação. Se ela se deu por suspeita, o titular também, porque ela trabalhava na 4ª Vara, a menina. Se a menina era suspeição para a substituta... Mas aí ficou com o titular da 4ª Vara o processo. E vários processos aqui seriam de competência da Justiça Estadual, mas se arvorou para ele mesmo julgar todos eles. Então, nessas renovações, os senhores vão ver que nada consta. Só diz assim: *“Estamos progredindo nas investigações. Tivemos problemas técnicos”*. E vai de 15 em 15 dias, à vontade, certo? E vai ver que os despachos são todos padrões, já estão inseridos no computador. Não apreciam nada. É o mesmo despacho para sempre, para todos eles. Os senhores verão que tudo isso aqui foi feito ao arrepio da lei. O Ministério Público chega a dizer que... Eu até iluminei. Depois, com calma, os senhores podem apreciar. O Ministério Público chega a dizer que interceptação é a prova principal, e dela derivam as outras provas. Está aqui dentro. A *(ininteligível)* da casa está aqui dentro. Coisas distorcidas. Tem um outro relatório que não está



aqui. É um relatório do DPF, onde... Nós tínhamos uma empresa familiar. Meu filho e minha mulher é que trabalhavam na empresa. Então, eles acham que — aqui falam alguma coisa sobre isso — é extremamente grave mulher me ligar, perguntar alguma coisa, minha esposa, meu filho, pedir uma opinião. Eu não trabalhava na empresa, trabalhava na Polícia Federal. Eu tinha uma empresa de banco de couros para automóveis. Uma microempresa. E achavam que era grave: *“Porque Perpétuo conversa com a sua esposa, conversa...”*. Não é?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa empresa era de que, Dr. Perpétuo?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Banco de couros para automóveis. A gente forrava os automóveis com bancos de couros.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É, minha esposa e meu filho.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Só isso, certo? Chegou ao cúmulo, num relatório que relataram... Lá em Ribeirão Preto se instalou a empresa Vip Troller, que era uma empresa desses jipes Troller. Ela colocou Vip. E, no primeiro dia em que eles chegaram em Ribeirão Preto, procuraram o meu filho e falaram com ele: *“Olha, você não se importa que a gente também... Achemos que o nome Vip pega bem — nós éramos Vip Couros. Eu posso botar Vip Troller (você não se importa?) na minha empresa?”* Ele falou: *“Não, vocês são de outro ramo, não é? De venda de jipes Troller”*. *“Ah, então vamos colocar e vamos ficar clientes de você aqui”*. *“Está bom”*. Na maldade, colocam que *“Perpétuo possivelmente é dono da Vip Troller, utilizando laranjas”*. É brincadeira! Não investigam. Colocam coisas no papel. E os juízes aceitam e vão dando em cima da perna, certo? Escutas telefônicas à vontade. Isso aconteceu comigo, mas pode acontecer com qualquer um dos senhores, acontecer com seus familiares. Basta que alguém do DPF não goste de vocês. Está sendo feito assim. São essas as escutas telefônicas. E gostaria também de... Ah, me lembra o advogado aqui, nós temos aqui também inserção... uma inserção de — já localizo aqui para não perder tempo —, uma inserção de frases.



Frases relevantes. Quer dizer, não tinha no áudio. O áudio não dizia nada. Aí se insere essa frase — eu a tenho aqui —, se insere essa frase. Aí passa (*ininteligível*). Foi inserida a frase. Não existia no áudio. Foi inserida essa frase, que dá outra conotação para a frase.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Perpétuo, são frases ou são palavras?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, insere: “*Aquela oferta que eu te falei*”. Eu me lembrei. Eu a tenho aqui e vou passá-la para os senhores. Só vou localizar aqui, certo? É: “*Aquela oferta que eu te falei*.”

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - As inserções são no relatório das escutas?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, não, na própria gravação, que foi levada judicialmente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - No relatório da escuta com a gravação e...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Isso, isso. E fez a inserção — “*aquela oferta que eu te falei*” —, que não existia, não existe no áudio. Então, eu... Concede-me mais 2 minutinhos? A doutrina do DPF, hoje... Eu... Praticamente, nós nascemos lá com o DPF, quando o DPF passou praticamente a Departamento de Polícia Federal. Foram as primeiras turmas... Eu me orgulho até de ser contemporâneo do Presidente desta Mesa. A doutrina de operações do DPF está muito parecida com a doutrina de Hoover, nos Estados Unidos. J. Edgar Hoover foi o homem mais poderoso dos Estados Unidos. Mais poderoso do que todos os presidentes, porque todos os presidentes entravam e saíam e ele permanecia. Tem até um livro recente sobre a vida do segundo homem do Hoover, que era o auxiliar dele, que conta as patifarias que se faziam dentro do FBI. Para quê? Para... Então, a doutrina é ter as pessoas nas mãos com a escuta. Por quê? Para se negociar a chantagem. “*Eu tenho isso. Eu vou em cima de você, se você não fizer aquilo*”. Certo? Então há essa chantagem. Isso começou... Talvez o Dr. Itagiba, Presidente da Mesa, Deputado Federal, se lembre do CDO, em Brasília. O CDO foi montado em parceria com os americanos, onde se... Era dedicado ao combate ao tráfico de drogas. Para o CDO trouxeram equipamentos. E foram muitos agentes, mas



também delegados, treinar nos Estados Unidos. E trouxeram as técnicas de lá. E acho que essas técnicas também, do Hoover, estão sendo implementadas hoje, porque você tem a escuta e você pode negociar com a pessoa, colocar até alguma coisa que, de certa forma, pode ser um comprometimento familiar. Isso aí é uma técnica terrível. Então, está se fazendo das escutas uma prova principal. Então, você não precisa mais sair para investigar. Na nossa época de polícia, a gente investigava, a gente fazia campana. Agora não. Agora é escuta, simplesmente, telefônica. E vai-se interpretando as escutas. Aqui, maliciosamente também, o DPF manda para a juíza, dizendo que são 2 agentes de Polícia Federal que têm que ser cadastrados para fazerem as escutas. E eles são 2 escrivães de Polícia Federal. Se eu paguei lá atrás por um falso, porque eu coloquei lá que o sujeito podia usar arma... E aqui, do DPF, dizendo que são agentes de Polícia Federal e na realidade são escrivães? Os senhores vão ver que lá, quando eles assinam os relatórios... Está aqui: escrivão de Polícia Federal. Por quê? Para impressionar a juíza. São agentes. Os agentes é que estudam a parte de investigação, que se aprimoram mais na investigação. Os escrivães, não; os escrivães, mais a parte processual. Até nisso colocam agentes como escrivães. E não é um errozinho não. É feito de caso pensado. Então, tudo isso aqui... Eu tenho aqui um outro depoimento de um agente que diz aqui, um agente que fazia as escutas... Ele diz: *“É, a gente acha que é uma coisa; depois a gente vai lá e vê que é outra”*. Mas, enquanto isso, você vai preso. E as escutas continuam. A prova disso é que o meu filho — já terminou o meu processo — já está fora. Mas continua a escuta em toda a minha família, porque o meu filho que mora em Ribeirão Preto... Em outubro, no dia 30 de outubro, nasceu o meu neto, o terceiro filho dele. Nasceu na madrugada, meu filho telefona para a mãe, telefona para a mãe da minha nora e para o irmão, avisando que nasceu, na madrugada, o filho — isso aí foi de madrugada. Disse: *“Está tudo bem, sem problemas”*. Curiosamente, eu saí da maternidade, ele encontra-se — ninguém sabia que tinha nascido, não foi publicado em imprensa, nada! —, ele encontra-se com o agente. E o agente fala: *“Olha, meus cumprimentos aí pelo nascimento do teu filho”* — que ele tinha uma certa amizade com o agente — *“meus cumprimentos pelo nascimento do seu filho”*. Eu fui e falei: *“Ué, então, a escuta continua?”* Ele ficou vermelho, o agente não sabia o que dizer. Então, continua! A escuta continua



irregular! Estão fazendo a escuta da minha família para ver se conseguiriam alguma coisa, alguma coisa contra mim. Não tem, em todo esse processo, de cabo a rabo, não tem uma pessoa que aponte para mim que eu levei uma vantagem indevida. Nada. Certo? Corrupção que eles dizem é o seguinte: *“Ah, porque o Dr. Perpétuo fez isso aqui porque tem amizade, fez aquilo porque...”* Então, são coisas vis que estão dentro disso aqui. E para isso se presta a escuta telefônica, aqui, no Brasil? O Golbery, na época, disse que criou um monstro na CNI. Acho que ele não está conhecendo o monstro que está sendo criado hoje. Hoje, nós estamos criando um monstro com esse tipo de escuta. E vazadas, assim, a rodo. Vai para a imprensa, são praticamente... O órgão oficial é a *Globo*. Vai para a imprensa tudo o que tem nas escutas. Tudo isso é segredo de justiça. Que segredo é esse? E a cara-de-pau, certo, de dizerem que quem vaza são os advogados de defesa. Foi como o Ministro falou: *“Bom, então, o sujei...”* O Ministro, não, desculpe. Foi até o Dr. Toron, advogado, que ele disse que: *“Eu acho que quem vaza”* — frase dele — *“que quem vaza são os advogados de defesa insatisfeitos com a liberdade dos seus clientes”*. Então, senhores, é isso aí o panorama de uma perseguição pessoal utilizando-se de escutas. Oxalá isso já aconteceu comigo. Estou lutando para que isso aí caia. Oxalá que não aconteça com outras pessoas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agradeço à manifestação a V.Sa. e passo a palavra, de pronto, ao Relator, depois, ao autor do requerimento e aos demais inscritos.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Depoente, a primeira coisa: me chamou a atenção no depoimento de V.Sa. alguns aspectos. O primeiro aspecto que queria que V.Sa. declinasse é: a quantas ações penais V.Sa. responde na Justiça?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - São 13... Bom, foram 13 ações, por enquanto.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - De ações penais?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Alguma condenação em 1ª instância?



O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Tive...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quantas têm condenação em 1ª instância?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Condenação foram — 3, 4, 5, 6, 7, 8 — 9 condenações em 1ª instância. Aliás, desculpe, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nove condenações em 1ª instância?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Nove condenações em 1ª instância.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Alguma já transitada em julgado?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Transitada em julgado nenhuma?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Nenhuma. *(Pausa.)* Só fazendo um adendo, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pois não.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Nas sentenças, o juiz disse que eu tenho maus antecedentes porque respondo a outras 11. E cada uma faz maus antecedentes para a outra. Não tenho nada, não. Não tenho maus antecedentes.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Fora essas 13, duas já caíram: a das armas sem condenação e a das drogas.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É, Das armas caiu, das drogas caiu, fui absolvido nas outras. Fui absolvido.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo.

Dessas 3 ações penais, V.Sa. teria condições de dizer quais são os artigos delas?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Ah, fica difícil.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas são todas apenas com pena de reclusão?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Crimes contra a administração...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Tem alguma com pena de *(ininteligível)*?



O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Como?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Tem alguma com pena de (*ininteligível*)? Ou todas são penas de reclusão?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não. Todas pena de reclusão, regime fechado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, todas são pena de reclusão. E quantas dessas ações têm como prova delas, interceptações, comunicações telefônicas?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Todas, todas.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Todas têm base.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Ah, não, essas são das drogas. Exato. Das drogas, não tem interceptação. São 12.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, 12 são com base...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Em interceptações telefônicas. Das drogas, foi na busca. É. Exatamente. E as armas... As drogas e as armas foram aquela busca do... que elas fazem parte de uma ação só, de uma denúncia única.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essas interceptações foram propostas pelo DPF ou pelo Ministério Público?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É o DPF que propõe. Foi o DPF que propôs e o Ministério Público, sempre com despacho padrão, aceitando.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas o requerimento? DPF?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - DPF. O requerimento do DPF. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E esses requerimentos do DPF foram precedidos de inquéritos policiais?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Nenhum, nenhum foi precedido de inquérito policial.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nenhum deles tem inquérito policial?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Nenhum deles tem inquérito policial.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nenhuma dessas interceptações...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Nenhuma delas.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... foram precedidas ou têm como base o inquérito policial?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, não. Nenhum, nenhuma delas.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Todos são procedimentos administrativos?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Tudo administrativo e carta anônima. A carta anônima, e tem o início aqui do processo: é aquela acusação que eu disse do sujeito que foi preso, lá, com o *jet-ski*, apreendido o *jet-ski*, e essa firma Riberales, que tem vestígios. Ela simplesmente abriu inquérito policial. Mas, não. Não foi aberto inquérito policial nenhum. Só escuta telefônica, Serviu para que começassem as escutas telefônicas.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Através de procedimento administrativo?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É. A alegação é que não tinham outra forma de investigar. Quer dizer que, com todo o aparato tecnológico, com o aparato material, não tinham outra forma de investigar. Então, não se precisa de inquérito policial. Não é?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. teve acesso aos requerimentos de pedido de interceptação?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Depois de muito tempo, nós tivemos acesso ao processo, porque, com essa égide do segredo de justiça, é muito difícil. A defesa penou, porque a defesa não conseguia ter acesso aos autos. Depois de um certo tempo, tivemos. Inclusive, copiamos o...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E pelo acesso que V.Sa. teve, em relação aos requerimentos, eram fundamentados em que, já que não tinham inquéritos? A fundamentação dos pedidos.



O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não existe fundamentação. Se os senhores... Esses primeiros, aqui, que são os 2 volumes que eu trouxe, os senhores poderão verificar que a fundamentação é: “Estamos progredindo”.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A fundamentação primeira?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - A fundamentação são 2 casos, foram aqueles 2 casos que eu disse que seria uma acusação do...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Do problema da empresa de segurança ou do *jet-ski*?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - ... *jet-ski*, e também sobre o meu colega, que o meu colega teria ameaçado procuradores da República de morte, porque o Dr. Bocamino, ao ir ao Ministério Público levar um ofício, ele, comentando, ele é pessoa do interior, pessoa simples, o Dr. Bocamino, dizendo das agruras que a gente sofre na Polícia, a nossa vida realmente perigosa, ele perguntou: “*Que idade os senhores têm?*” Eles falaram: “*Trinta, trinta e poucos anos*”. “*Puxa, vocês são muito novos para morrer!*” — mas no sentido de estar conversando sobre a vida do policial, sobre a vida do Ministério Público. O Ministério Público colocou que tinha sido uma ameaça de morte. Ali, ele instaurou um inquérito contra o meu colega, mas foi arquivado, não tinha nada. Ficou claro que... Mas, o meu caso, não tenho um único inquérito.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu também pude observar que V.Sa. teria declarado que as solicitações de prorrogações lhe parecem que os despachos, os requerimentos eram padrões, sem fundamentação e...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É, os requerimentos são sempre vagos. E os despachos tanto da juíza como do Ministério Público, o senhor vai ver que estavam gravados no computador. Então, era tudo feito em casa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não há solicitação... Porque uma coisa é feita no computador, porque hoje todo mundo usa...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, não. Eu digo: gravado no computador.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É um despacho padrão.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É um despacho padrão. Estava gravado.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Tem fundamentação. Todos têm a mesma fundamentação.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É a mesma fundamentação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ou semelhantes?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Semelhantes. O senhor vai ver...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eram solicitações de prorrogação?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É. *(Pausa.)* E a investigação não foi feita sobre fato. Foi feita sobre minha pessoa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, a solicitação foi de prorrogação, despacho padrão. O Ministério Público opinava também?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Opinava padrão. Tudo padrão. Esses 2 volumes. *(Pausa.)* Aqui, salvo engano, são 7 prorrogações nesses 2 volumes.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Perpétuo, a que V.Sa. atribuiria o fato de que não foi o fato criminoso que passou a ser investigado e sim a pessoa de V.Sa.?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Se os senhores olharem o meu currículo, eu tive sucesso na carreira. E esse sucesso talvez me custou muita inveja. Quando eu fui para Ribeirão Preto, eu já estava em vias de me aposentar, e o Dr. Vicente Chelotti, que era o Diretor-Geral da Polícia Federal, eu pedi a ele que faltava um ano só para a minha aposentadoria... Retroagindo um pouco, eu era Secretário de Segurança em Alagoas, fiquei lá em Alagoas e, quando se está em Alagoas, a gente fica à disposição de Brasília, fica lotado em Brasília. Quando eu voltei de Alagoas, me apresentei em Brasília e pedi ao Dr. Chelotti, que era o Diretor-Geral, que me pagasse missões, não me lotasse em local algum, me pagasse missões durante esse ano, para que vencesse esse ano e eu me aposentasse. Depois de um certo tempo, o Dr. Vicente Chelotti me chama e diz: *“Você teria que ir para Ribeirão Preto. Vai ser uma missão para você. Só que não vai ser missão de um ano. Você precisa restabelecer a credibilidade da Polícia Federal em Ribeirão Preto”*. Porque o meu antecessor estava totalmente arrasado lá moralmente, porque chegou ao cúmulo de ele tentar entrar na delegacia e o agente de plantão apontar a



metralhadora para a cara dele e dizer: “*Aqui, você não entra*”. Ainda chamando de um nome... Então, foi retirada essa pessoa de lá e eu fui para lá. Havia pequenos grupelhos lá, eu restabeleci a confiança, consegui reformar todo o prédio, ar-condicionado, computador e tive sucesso. E fui uma pessoa muito benquista e sou uma pessoa benquista em Ribeirão Preto. Os senhores poderão atestar, porque todos os que me procuraram sempre procurei servir e servir bem ao público. E isso me deu credibilidade lá, em Ribeirão. Com isso aí, de certa forma, passei a ser visto com inveja. E esse determinado delegado foi o autor da carta anônima, que não posso trazer a testemunha da pessoa, porque a pessoa diz que não testemunha, porque tem medo de sofrer retaliações.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa carta anônima ele faz que relato?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Está aqui a carta anônima. Ele está dizendo que Ribeirão Preto não aguenta mais o Perpétuo... O contrário!

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas ele faz alguma acusação concreta de crime? Só para entender, Dr. Perpétuo.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Ah, tem. Têm acusações...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Porque nós estamos num debate na Comissão Parlamentar de Inquérito que é o seguinte: a escuta telefônica é para investigar o fato criminoso e não o indivíduo. Ou seja, eu não posso requerer ao juiz uma interceptação dizendo o seguinte: “*O Dr. Perpétuo, Delegado da Polícia Federal, nós temos suspeitas de que ele está praticando crimes. Me autorize a interceptá-lo para ver se ele está praticando algum crime*”. Isso não é possível, isso não é admissível ao teor da lei.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Lógico.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pode até ter alguma autorização nesse sentido, mas o teor da lei não é esse.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu teria que dizer o seguinte: “*O Dr. Perpétuo é suspeito de estar envolvido em determinada prática delituosa, portanto, quero, na impossibilidade de outra prova, essa é fundamental para colher os elementos e tal*”. Então, o que nós estamos discutindo é o seguinte: nós não



estamos, a Comissão Parlamentar de Inquérito está investigando essa questão, porque nós não concordamos doutrinariamente que haja uma interceptação que vai envolver a figura do interceptado e, sim, um fato criminoso. Então, quando V.Sa. faz uma afirmação a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que era a sua pessoa que passou a ser investigada e não o fato criminoso, eu queria que V.Sa. precisasse, ao teor dessa questão que eu coloquei, o que V.Sa. tem como entendimento de que não era o fato que estava sendo investigado, mas, sim, a pessoa de V.Sa.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Porque a carta era feita em termos de fofoca. E tem, é lógico, me citando como...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas a carta imputa a V.Exa. algum fato criminoso? Ou faz ilações que V.Sa. enquanto indivíduo estaria...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Está aqui. Um minutinho só. *(Pausa.)* Uma licencinha. *(Pausa.)* Está aqui a carta anônima. Então, essa carta... O senhor quer que eu leia a carta? *"Esta carta tem o propósito de revelar as extensas e vergonhosas atividades e omissões da Delegacia de Polícia Federal em Ribeirão Preto. A citada delegacia está há 3 anos sob a direção do Delegado Wilson Alfredo Perpétuo..."* Essa carta é de 1999, de setembro de 1999. *"...e seu preposto, Roberto José Procópio da Silva, "nomeado" pelo mesmo quando do embate entre o Ministério Público Federal e a Polícia Federal no ano passado, já que seu nome (Perpétuo), surgiu como implicado em contrabando em Foz do Iguaçu, onde foi Diretor de Divisão. Ora, como houve repercussão local e nacional, com a imprensa classificando o chefe da PF em Ribeirão Preto de contrabandista, o que fez o mesmo? Conseguiu a nomeação do Delegado Procópio para seu substituto para que tudo continuasse como dantes, sob o seu comando de verdade. De fato, embora não de direito, quem comanda a Delegacia de Ribeirão Preto até as paredes sabem: é o famigerado Delegado Perpétuo. Digo famigerado pois o mesmo instalou neste órgão e na região tentáculos poderosos de corrupção, juntamente com ex-agente e hoje Delegado Abmailson Santos de Oliveira, que está lotado em São Paulo, mas que trabalha em Ribeirão Preto, além dos agentes César Valdemar dos Santos Dias, Antonio Francisco Pedro Rollo e Carlos Alberto Ferreira Guimarães. Tais personagens ostensiva e desavergonhadamente fizeram da referida delegacia balcão de negócios, onde se comercializa portes de arma (vide recente escândalo*



envolvendo o APF Guimarães, com anuência, conivência e incentivo de Perpétuo); “Acerta-se” com os grandes contrabandistas da região para não serem molestados (vide o Sr. José Roberto Martins, preso e indiciado em outras épocas e hoje freqüentador das festas da delegacia); “Acertos na comissão de vistoria de empresas de segurança e mais, os Delegados Perpétuo e Abmailson instalaram estande de tiros na Pedreira Said, na Rodovia Araraquara, usando o nome da Polícia Federal para montá-lo junto a comerciantes lícitos e ilícitos locais. E, pasme, Sra. Delegada! Obrigam as empresas de segurança a fazerem cursos de tiro e reciclagem neste local, obviamente cobrando e monopolizando. Há ainda mais, a promiscuidade é tamanha que pessoas estranhas, como o advogado Fauze, de São Paulo, trazido pelo DPF Perpétuo, têm livre trânsito na delegacia, folheando os inquéritos mais complexos e que envolvam grandes empresas e pessoas ricas. Este advogado é o elemento de ligação entre Perpétuo e interessados, fazendo os necessários “acertos”. Outro sinistro freqüentador contumaz é o Sr. Catalani, mercador de armas, que faz o mesmo papel do referido delegado, só que junto às empresas de segurança. Acresça-se a isto a total omissão para com as atividades fim do PF: contrabando, tráfico de drogas, etc. Ribeirão Preto, devido ao potencial econômico é rota e consumidor de grandes quantidades de drogas, que geram como subproduto um dos maiores índices de homicídios do Brasil. São cerca de 50 assassinatos por 100 mil habitantes. Para ilustração, os índices de Santiago do Chile são 3 por 100 mil, o dos Estados Unidos é de 8,6 por 100 mil. Poucas cidades no Brasil tem maior índice que Ribeirão Preto, dentre as poucas estão Vitória/ES, Rio de Janeiro/RJ e Grande São Paulo. Por estes dados, pode se aquilatar o grau de degradação da cidade e a omissão da PF, já que segundo a Polícia Civil, mais de 80% destes homicídios se devem à disputa de pontos de venda, débito entre traficantes/viciados, etc., enfim, ligados de maneira ou outra às drogas. Isto sem falar dos delitos menores como furtos, assaltos, agressões, etc. E o que faz a Polícia Federal de Ribeirão Preto? Nada. Absolutamente nada. As poucas apreensões havidas nos últimos 3 anos foram da Polícia Militar, encaminhadas à PF e constantes em seus relatórios como suas. Deslavada mentira. Tão deslavada e tão omissa está a PF em Ribeirão que a Polícia Militar quando faz apreensões já leva agora à Polícia Civil. O efetivo é pequeno, sem dúvida, mas não se faz nada, porque



o DPF Perpétuo controla através de seu marionete Procópio a delegacia, colocando nos postos-chaves homens de confiança, manipuláveis. Enfim, verdadeiros bandidos travestidos de policiais. A ordem velada é não fazer nada, para não atrapalhar os negócios dos “amigos”! Amigos estes que são contrabandistas grandes, possuidores de aviões que abastecem de cigarros, eletrônicos e drogas a região. A Delegacia de Polícia Federal em Ribeirão Preto é um oásis em meio à desintegração da sociedade que a cerca. os policiais se locupletam (não todos, óbvio), adquirindo casas, carros caros, mobiliando suas residências com doações de amigos: computadores, fax, celulares, etc. Isto além da mesada para fazer vista grossa. A preocupação com tráfico de drogas, contrabando, violência, contaminação de jovens, monitoramento de traficantes, contrabandistas, de seus aeroportos clandestinos, etc., nem passa pela cabeça de tal administração. Vergonha. Ganha-se bem e ainda se rouba descaradamente. E como ficam os policiais honestos? Ficam imprensados entre o dever e a inércia imposta, pois são relegados a planos inferiores ou colocados em funções decorativas, onde não incomodarão os inescrupulosos que detêm o poder. Sra. Delegada, todas, repito, todas as seções importantes desta delegacia estão nas mãos dos bandidos. Volto a dizer, todas as seções que podem trazer lucro e/ou vantagens estão nas mãos de ladrões. Contamos com sua colaboração para que algo seja feito, para que tenhamos meios de averiguar tudo isto e muito mais, para que não soe como fofoca de algum despeitado apenas. Gostaria de me identificar, mas como é sabido que o DPF Perpétuo é homem sem escrúpulos, que responde a vários processos na Justiça, dentre os quais um por ameaça e contratação de pistoleiro para matar um agente em Foz do Iguaçu, por estas e outras (ou temos), já que expresseo o pensamento de muitos, de tomar precauções deixando no anonimato estas denúncias. O falecido delegado Alciony, Corregedor da SR/SP investigava esta delegacia e confidenciou que em breve veria Perpétuo preso. Infelizmente foi morto por outro canalha travestido de policial. Acontecimento este que provocou regozijo no já nominado DPF e seus asseclas aqui em Ribeirão Preto. Por estes e tantos outros fatos desagradáveis é mister fazer algo para mudar este quadro. Até quando vão continuar as festas e o acinte de alguns policiais de Ribeirão Preto em detrimento da sociedade que os paga (e bem) e que não merece um mínimo de sua atenção? Até



onde vai a impunidade? Afinal aqui até as paredes, os vizinhos, a PM, a Polícia Civil, a sociedade sabem destas falcatruas. Será preciso novo escândalo na imprensa para alguma atitude ser tomada? Fato derradeiro, a Delegacia de Polícia Federal de São José do Rio Preto, tornou-se irmã nas falcatruas da sua congênere em Ribeirão Preto. Até há pouco tempo comandada pelo clone do DPF Perpétuo, o delegado Nazareno, a Delegacia de Rio Preto (a parte podre) tem policiais envolvidos em roubos de cargas que são às vezes guardadas pelos seus colegas de Ribeirão Preto num depósito localizado na Avenida Mogiana, nesta. Todas estas denúncias são comprováveis, desde que feitas por pessoas de fora, sem contar a discrepância medonha entre os vencimentos e os bens adquiridos por esta malta, que é mais que revelador. Faça algo delegada. A sociedade e os policiais honestos agradecerão. PS: em Franca/SP, a máfia nigeriana domina o tráfico de drogas internacional sob a fachada da exportação de calçados. Todos na cidade sabem. Afinal, o número de nigerianos residentes é desproporcional ao tamanho da cidade e vai a pergunta, a Polícia Federal sabe quantos são, monitora suas atividades? Não, não sabe, pois não se interessa, a não ser quando vem obter lucro e vantagens pessoais. PS: envio carta similar ao Corregedor Geral de Polícia Federal, ao Ministro da Justiça e ao Deputado Moroni Torgan. Desnecessário e improdutivo mandar para a SR de São Paulo. O grau de comprometimento é grande com os implicados". Isso aqui é uma carta anônima. O senhor vai ver diplomas e tudo aqui que desmente totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Direcionada a quem, dirigida a quem esta carta?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Sra. Delegada-Chefe do Centro de Inteligência. Em seguida, há mais uma cortinha que ele tinha produzido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só para uma questão de avaliação. Podemos partir do princípio de que para alguém saber que a Diretora de Inteligência da Polícia Federal naquele momento era uma mulher, é porque possivelmente alguém dos quadros da DPF que formulou esta carta.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É. Como disse, não posso realmente afirmar frontalmente e dizer na cara dele, porque a pessoa não testemunha. A pessoa me contou, reservadamente.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E com base nessa correspondência foi aberto um procedimento administrativo?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Para investigar esses fatos?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Administrativo não. Foi aberto já o processo. As escutas...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim, um procedimento administrativo que deu no requerimento. Não teve um inquérito policial.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Ah, sim. Não existe inquérito policial.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi uma apuração administrativa que... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Seria importante para a Comissão, Dr. Perpétuo, se V.Sa. pudesse assinalar especificamente quais são as incongruências existentes entre os monitoramentos, as degravações e aquilo que foi conversado. Acho que isso aqui é uma parte importante para esta Comissão.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - O senhor me permitiria, só... Isso aqui é bastante curta. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ele está querendo ler uma carta.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Essa aqui é uma outra carta que ele enviou, que é bem curtinha. Diz o seguinte: *"Dr. Amaro Ebraim. Referência: Delegado de Wilson Alfredo Perpétuo. Dr. Amaro, tomei iniciativa de escrever-lhe pelo fato de que o Delegado de Perpétuo, da delegacia desta cidade de Ribeirão Preto, tem-se comportado como ladrão, fazendo o que bem entende com os comerciantes locais, pedindo gratificação para não importuná-los, fixando valores altíssimos para não voltar nas lojas. Por outro lado, sabe-se que grandes comerciantes de computadores, dentre eles José Antônio Martins e outros, o Ismael, não são importunados, pois pagam caixinha todo mês para o Dr. Procópio. Estima-se 25 mil dólares por mês. Como o senhor sabe, o referido Delegado possui vários processos e muitas e muitas reclamações junto ao Ministério Público dessa cidade. Por favor, tome uma atitude, para que o nosso País mude e para que, no*



futuro, possamos contar com a polícia e não sempre fugir dela. Que Deus ilumine a sua decisão e um abraço". Aqui ele cita, o Dr. Procópio, que ganha 25 mil dólares por mês. Dr. Procópio, Brasília o promoveu a Chefe do Setor Aeronáutico de Brasília, em seguida. Quer dizer: quanto a ele, nada; quanto a mim...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, quer dizer, essa carta deu no procedimento administrativo e que originou as interceptações.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - As interceptações. Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que V.Sa. afirma que...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Aí, neste caso aqui — neste caso que eu vou passar à mão de vocês —, tem aqui um áudio, onde não consta a frase *"aquela oferta que eu já tinha conversado com você"*. Isso aqui realmente dá uma outra conotação à frase.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas isso foi uma supressão ou foi um acréscimo?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Um acréscimo. Acrescentaram a frase que não continha no áudio.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E V.Sa. sabe disso porque já teve acesso ao conteúdo integral da interceptação?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, não, porque tinha o áudio. Não, não, porque durante as...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Audiências.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - ... audiências era colocado o áudio. E aí...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a defesa fez esse questionamento?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Já. Já está aqui na ata. Já está escrito.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele tinha coincidência em relação ao que foi transcrito e o áudio.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Isso. Está aqui. *(Pausa.)* O INC inclusive constatou que também...



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O laudo que constata que o relatório da interceptação não é coincidente com o conteúdo interceptado.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É. Aí eram pinçadas as conversas que queriam, porque são desprezadas as conversas que não querem. É o caso típico, que eu disse, da minha casa. Se está... Se tudo foi feito as negociações por telefone, teria que ter tudo, porque aí demonstraria que Perpétuo vendeu uma casa, o sujeito remeteu 6 cheques para ele em pagamento da casa, que, depois, caiu no cheque sem fundo, certo? Então, demonstraria tudo. Mas o quê? Foi suprimida, porque, ao bel-prazer de 2 escrivães de Polícia Federal, eles desprezavam as conversas que não queriam.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É comum esse tipo de procedimento no DPF, Dr. Perpétuo? A partir de uma denúncia anônima, abertura de um processo administrativo?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Olha, na época em que eu atuei como delegado, e acho que os delegados mais antigos, o que acontecia era se instaurar inquérito policial. Se tivesse uma notícia...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quando tinha uma denúncia contra um policial...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Contra qualquer um.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O procedimento era... Envolvendo policial ou delegado ou agente, o procedimento era instaurar inquérito?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Sim. E, imediatamente...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A partir de denúncia anônima?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Até de denúncia anônima, dependendo...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas o procedimento era sempre instaurar inquérito.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Tinha que se instaurar inquérito. Se tem uma notícia crime que (*ininteligível*) se instauram um inquérito e até um procedimento...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E nenhum desses procedimentos desembocou no inquérito policial?



O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Nenhum em inquérito policial. Nenhum deles. Todos eles foram meramente ignorados, e inclusive não me foi dada a defesa prévia, porque eu, como funcionário público, tenho direito à defesa prévia, até para evitar que se comece um processo...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Esses procedimentos foram concluídos, administrativos, os relatórios com sugestões? V.Sa. tem conhecimento de que esses procedimentos administrativos foram concluídos?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, eles se transformaram em processos judiciais.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A conclusão foi nessa...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É. A conclusão foi...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Ministério Público é que denunciou?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - O Ministério público é que denunciava. E com base...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas eles foram concluídos, remetidos ao Ministério Público e o Ministério Público, com base neles...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, com base nos relatórios do DPF. Com base nos relatórios já ofereciam denúncia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Além das escutas, outros meios de provas foram...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Nenhum.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... buscados nesses procedimentos?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não. Tentaram buscar, por exemplo, a minha vida financeira. Por quê? Eu realmente...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi requerida a quebra do seu sigilo financeiro judicialmente?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Foi. Está aqui. Foi judicialmente. Possivelmente, não é? Porque eles obtiveram da Receita. E a Receita foi de várias pessoas ali, entre elas, eu. Certo? Então, a Receita...



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Além da quebra do seu sigilo fiscal outro tipo de prova foi procurada, perseguida?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, nada. Baseia-se tudo...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Os fatos que foram narrados nessa carta poderiam ter chegado neles?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não. Se baseiam todos eles nas escutas telefônicas e nas interpretações do DPF.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas os fatos narrados nessa carta, os fatos denunciados nessa carta foram objeto de investigação, de comprovação, de busca de elementos que pudessem confirmar se as acusações eram verídicas?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não. Inclusive, como eu disse no início, não tem testemunha de acusação no Ministério Público. Nos processos não tiveram testemunha de acusação. A única testemunha ali, que testemunhou contra mim, é aquela que eu estou demonstrando que a testemunha foi perseguida e fez um negócio.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ela em juízo confirmou o depoimento?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Confirmou porque ela tinha que obter a liberdade.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E foi liberada a testemunha?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Foi.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Hein? E ela estava presa sobre o que, sobre que acusação? Qual era o fundamento da prisão?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Foi a prisão decretada na Operação Lince para todo mundo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas ela estava com prisão preventiva?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Estava com prisão.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E depois do depoimento, teve relaxada a prisão?



O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Foi relaxada no ato.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Antes disso, não tinha nenhuma acusação?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Toda a sua vida funcional, o primeiro procedimento pela acusação foi esse fato?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Eu tive. Em Foz do Iguaçu, eu respondi a um processo porque os agentes que estavam na beira do lago apreenderam uma quantidade de café e me telefonaram dizendo que era uma situação de perigo. Uma situação em que eles estavam em campo aberto e haviam fugido os contrabandistas do Paraguai com a lancha e que eles iriam... Naquele momento eles estavam em situação em campo aberto. Eu disse: *“Desçam, peguem mais reforços e depois subam”*. Não vou perder a vida dos agentes, os sujeitos eram foragidos. Esse café foi incendiado pelos contrabandistas ao sair. Eles jogaram combustível em cima do café, e a acusação que me fizeram foi que eu teria mandado incendiar o combustível. Tanto é que o próprio desembargador disse: *“Bom, facilitação de contrabando ele não pode ter feito, porque se fosse ele até que tivesse mandado incendiar, ele impedia que o contrabando se consumasse”*. Era a única acusação que eu tive.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nesses pedidos de renovação, V.Sa. já declarou aí que todos eram muito baseados em solicitações padrões. Nenhum deles teria havido algum tipo de relato do progresso das investigações, de elementos que tinham sido... de provas que tinham sido obtidas, de avanços dessas provas?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - As 7 renovações aqui — eu não sei se realmente lá adiante teria alguma coisa —, mas as 7 renovações, que estão aqui nesses 2 volumes, você teria que trazer volumes imensos — o processo tem vários volumes. Mas os 7 que estão aqui, não têm nada. Nada. Só ilações e interpretações, como aquela interpretação da Casa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Qual foi o período que V.Sa. tem conhecimento que foi interceptado?



O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Interceptado diz aí que começa no dia 30 de abril.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Trinta de abril de que ano?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - De 2002, que inicia. O pedido é do dia 5 e inicia no dia 30, e até a minha prisão foi interceptada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. foi preso quando?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Fui preso em 23 de junho de 2004.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, foram...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Mais de 2 anos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dois anos e 3 meses de interceptações.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - E digo e afirmo que continuo sendo interceptado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nesse período, V.Sa. suspeitou que estivesse seus telefones interceptados? Teve conhecimento?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Eu soube que estava sendo monitorado, porque eles esqueceram um envelope com as gravações em cima do balcão da TAM — o pessoal de Brasília. E a TAM levou à delegacia esse envelope e me falaram, viram o conteúdo e falaram: *“Olha, toma cuidado que estão...”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma pergunta que eu acho que é bastante pertinente — me permita, Relator — é: nesse período inicial, estabelecido por lei, passível de prorrogação por mais uma vez, existe alguma conversa que, de alguma forma, pode dar indício à polícia de que haveria alguma prática ilícita por parte de V.Sa.?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Nenhuma. Nada. Zero. Aí eles usam o estratagema de dizer que têm problemas técnicos, tiveram problemas técnicos. Então, por mais 15 dias... problemas técnicos e mais 15 dias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O equipamento que interceptou V.Sa. era o Guardiã ou era o Bedin ou era outro equipamento?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Realmente eu não... Eu acho que era o Guardiã. Não tenho certeza para afirmar.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em que foi que o Ministério Público se baseou para oferecer denúncias? Foi nessas interceptações desse período aí?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Se baseou nas interpretações do DPF?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas as interceptações foram desse período?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, não. Aí continuaram interceptando. Então...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas continuaram após a prisão?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor foi interceptado no período de 2002 a 2004.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - As denúncias que o Ministério Público apresentou contra V.Sa. fazem parte desse período?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É. Foram posteriores à prisão, mas com base em outros períodos, em períodos mais para frente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Para frente como?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Tem essas 7.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - As denúncias não foram fundamentadas nesse período de abril de 2002 a 2004?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Ah, sim, sim. Foi nesse período.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi nesse período. Certo.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Mas eu digo as 7 primeiras aqui não têm nada. As sete são...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E como é que foram as transcrições, porque são 2 anos e 2 meses?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - As transcrições todas elas interpretativas e selecionadas. Selecionavam o que queriam.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas em que sentido?



O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - O sentido de... Se alguma coisa tivesse uma conotação, uma possível conotação de ilícito, teria colocado. Se não tivesse, era desprezada, certo? Mas só que uma com a outra se casam, como é o caso que eu lhe disse da própria casa. Se eu fiz...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quando tem um conteúdo... Os relatórios eram sempre pinçados trechos.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas quando se pega, por exemplo, um diálogo na mesma interceptação, porque uma coisa é pegar um... V.Sa. recebeu um telefonema, certo? Tem um diálogo lá de 5, 3, 4, 10 minutos. Esse diálogo se encerra.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Exato.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, acabou a ligação. Eu pinço um minuto e boto no relatório. Quando se pega o conteúdo integral daquela conversa, ela descaracterizaria o conteúdo que foi pinçado ou que foi para o relatório?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Descaracteriza, lógico. Descaracteriza.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quantas vezes foi constatado esse procedimento de inserção, nos relatórios, de palavras ou frases que poderiam estar destoantes com o conteúdo interceptado e que teriam sido capazes de alterar o conteúdo interceptado? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A interpretação foi base para o inquérito? Não. Procedimento só. Foi um procedimento único ou foram vários procedimentos?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Por favor, V.Sa. se identifica e pode falar no microfone.

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Paulo Franchi, sou advogado de Wilson Perpétuo, para esclarecer tecnicamente a questão do início do procedimento, Excelência. O início do procedimento foi calcado na carta anônima,



duas cartas anônimas, e foi diretamente encaminhada à juíza. Não houve um procedimento na Polícia Federal. Após, ao final de 2 anos e 2 meses, foi convertido em busca e apreensão, pedido de prisão temporária e fracionaram em 13 denúncias. Esse é o procedimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas houve um procedimento, digamos assim, administrativo na Polícia Federal? A carta desencadeou...

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Não, após ele teve pela Corregedoria.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim, houve um procedimento Na Corregedoria.

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Depois em 2004, depois em 2005 e 2006.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nesse período entre a carta... A carta é datada de que...

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - A carta é de setembro de 99.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Setembro de 99. Nunca houve procedimento algum.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, setembro de 1999 é a carta. Quer dizer, a carta é de setembro de 1999. As interceptações me parece...

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Iniciam em 30 de abril.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... que começaram em 30 de abril de 2002.

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Há um hiato aí de 3 anos. Nesses 3 anos, alguma investigação...

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Nenhum procedimento que tenha sido levado a esses autos, que a gente tenha visto, jamais.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas algum dos procedimentos abertos, algumas das ações penais têm alguma prova colhida nesse período de 1999 a 2002 ou não?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Não, tem simplesmente a utilização da interceptação.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas a interceptação, pelo o que eu recebi de informação do depoente, ela se iniciou em abril de 2002.

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A carta é de 99.

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Mas de 99 a 2002 uso alguma coisa ou não? Nada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não houve nenhuma interceptação nesse período?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Não, nada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E não tem nenhuma prova, nenhum procedimento?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Nenhum.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - A Polícia Federal deveria ter instaurado procedimento para apurar. Nenhum procedimento foi feito.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, essa carta foi levada a juízo em 2002?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Foi.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Diretamente à juíza?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Diretamente à juíza.

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Folha 60 dos autos.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Que embasou a escuta.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Qual foi o instrumento? Foi um requerimento de quem? Quem peticionou em juízo?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Quem peticionou foi o Departamento de Polícia Federal. Quem assina é Emanuel Henrique Balduino de Oliveira, delegado de Polícia Federal. Aqui está como ofício...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Inteligência policial.

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - É inteligência policial, Brasília, 26 de março de 2002, endereçado à juíza.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pronto. E aí nesse requerimento ele pede o procedimento cautelar?



O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Ele pede a interceptação telefônica dizendo que não há outro meio de prova.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo. Está fundamentado?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Com base naquela carta anônima.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Está fundamentado?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - É, fundamentado a gente diz doutrinariamente, não é, e não faticamente. Junta muito material, mas pouco fato.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Aí a juíza defere a interceptação...

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - A juíza manda vista para o Ministério Público...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ...para o Ministério Público opinar favoravelmente.

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Para o Ministério Público opinar a favor, até porque ele menciona aqui que esse documento era de informações graves acerca da operação criminosa supostamente efetuada pelos suspeitos, além de noticiar uma ameaça velada feita por um dos suspeitos a um representante do Ministério Público Federal...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Esse requerimento foi distribuído ou foi por dependência a ele? Ou foi distribuído?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Após ele foi distribuído, mas não dá para detectar se a distribuição é livre ou vinculada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quer dizer, ele está direcionado à...

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Ele é direcionado à juíza, da qual...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Diretamente à juíza.

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Diretamente à juíza. Depois de distribuído, voltou para a juíza.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Primeiro procedimento.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, ele não foi por distribuição.

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Não, depois há um carimbo de distribuição na folha 300 dessa investigação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, está requerido diretamente à juíza.

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Então, mas aí diz tecnicamente que...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quantas varas existiam lá?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Na época, já existiam 9 varas, 9 varas.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então ele não foi ao juiz de direito da vara criminal?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Distribuição.

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Não. Terceira vara federal. Está direcionado.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Sempre que se manda alguma coisa que não tem distribuição, a quem couber por distribuição.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - No corpo do requerimento tem alguma menção de que essa diretoria é preventiva para conhecer da matéria?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Não, até porque o único depoimento mencionado pelo Dr. Perpétuo aconteceu em outra vara, daquele tal de Christian, sobre os *jet-skis*. Não aconteceu nessa vara.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Senão ela não estaria preventiva?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Não estaria a preventiva.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, nesse requerimento, ela autorizou a interceptação por 15 dias?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Autorizou por 15 dias.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a partir daí as prorrogações aconteceram sempre nessa vara?



O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Aconteceram sempre nessa vara.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Toda interceptação?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Tudo aconteceu nessa vara até o fim da operação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Algum outro procedimento foi autorizado por essa vara além da interceptação? Alguma busca e apreensão?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Busca e apreensão ao final dos 2 anos e 2 meses, temporária, preventiva, tudo nessa vara, recebendo denúncias.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas só ao final?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Só depois de 2 anos e 2 meses.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que ela declarou a busca e apreensão e a preventiva.

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - É, antes disso ela se declarou suspeita, e aí passou ao juiz titular a presidência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pelo fato de um funcionário ser parente de um dos investigados?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Há quanto tempo ela se declarou... Quanto tempo depois ela...

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Ela ficou no processo por — não tenho aqui — aproximadamente 6 meses.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Aí o titular passou a ...

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Aí o titular passou a despachar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas a pessoa continua no cartório do mesmo jeito.

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Também. Tanto a filha do funcionário quanto a juíza substituta. Todo o mundo é lotado no mesmo lugar.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, a partir desse procedimento, ao final dele, o Ministério Público recebeu... O Ministério Público, com base nesse procedimento, apresentou 13 denúncias?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Não. Ao final ele requereu a busca e apreensão e a prisão temporária. Em 23 de junho foi cumprida, em 2004. Após o término da temporária, pediu a preventiva já com denúncias. Então, no primeiro mês, ele apresentou umas 5 denúncias, no segundo mês, até completar, em dezembro de 2004, 13 denúncias. Em 6 meses apresentou as 13 denúncias.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - As transcrições são feitas por quem? Por agentes da Polícia Federal ou peritos?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Isso, ou está somente escrito equipe de análise, não tem assinatura.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - São apócrifos, eles não têm assinatura.

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Não há assinatura.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não são agentes. Inicialmente aqui são citados como os 2. À juíza são apresentados os 2 como agentes: são escrivães de Polícia Federal. Não são agentes.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nesse período, quando a defesa foi ter acesso? Só no momento da decretação da provisória?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Então, no dia da decretação da provisória, nós estivemos no fórum pedir pelo provimento, para ter vista. O Wilson foi levado para Brasília. E basicamente conseguimos ter pinçadas algumas cópias que entendíamos relevantes. Assim, semanalmente fomos buscando. Agora, cópia integral era praticamente impossível, porque eram 32 volumes de interceptação telefônica, 28 volumes de busca e apreensão, além das denúncias. Então, se tornou impossível.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A busca e apreensão versou sobre que elementos?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - A busca e apreensão, os mesmos elementos da interceptação. Então, as pessoas...



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não, mas autorizou fazer o quê? Documentos...

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Então, é...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Fato que caracterizasse ilícito penal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não, mas a busca e apreensão foi autorizada na casa do Dr. Perpétuo?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Na minha casa, na casa de minha sogra e na minha sala na delegacia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o que é que foi apreendido nesse processo?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - O que foi apreendido foram as provas das amostras, as armas e papelório que realmente não dizia nada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Do material que foi apreendido não tem nenhuma matéria, alguma coisa, à exceção das armas e das drogas que já foram mencionadas aqui? Do material apreendido nada foi elemento probatório para as denúncias e as condenações?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, não. A única condenação que tinha lá no arquivo era que o meu despacho, naquele caso da ENGEFORTE, a empresa que eu despachei, que dei a caráter precário 30 dias para usar as armas, isso aí não é arquivo, não é?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas está também nos arquivos da Polícia.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Nos arquivos da Polícia, não é? Então, nada caracterizou, nenhum ilícito penal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Há algum registro, Dr. Perpétuo, de autorização, nesse período, para fazer interceptação, além das linhas de V.Sa. e de outros membros da sua família ou pessoas próximas?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Olha...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que já é do conhecimento, é claro, porque o que não é deve estar em segredo de Justiça.



O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Eu realmente precisaria verificar aqui na...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A interceptação autorizada foi só sobre...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É. A casa...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... as linhas do senhor ou há outros?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - A casa da minha sogra estava interceptada; os meus filhos estavam interceptados também.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, as interceptações também...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É, geral, geral. Até porque nesse sistema acaba a pessoa sendo interceptada depois. Continua a interceptação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então o senhor atribui esse procedimento todo, a origem dele, a essa carta anônima?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - A essa carta anônima. Essa carta anônima que deveria ter-se instalado de...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a opinião de V.Sa. é que os elementos coligidos aí nesses processos de interceptação nenhum deles, os conteúdos interceptados, as falas, as conversas, nenhum deles infirmam as denúncias que estão na carta anônima?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não. Tanto é que eu estou até juntando aqui para que os senhores vejam que Ribeirão Preto me homenageia, uma série de homenagens. Aliás, por onde eu passei sempre fui homenageado. Então, não é que diz a sociedade. Pelo contrário, a sociedade sempre me prestigiou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A questão que... Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Relator. V.Sa. mencionou que havia um depoimento de uma outra pessoa vinculada à questão, acho, dos *jet-skis*...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Exatamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... e que teria sido manifestado em uma outra vara.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ele fazia imputações a V.Sa.?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, ele dizia que, no caso, eu havia feito a operação porque eu era amigo de um distribuidor da CADU e por essa amizade eu atendia o dono da CADU no Brasil, que veio fazer as denúncias contra ele. Mas qualquer pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não. A minha pergunta é pelo seguinte: essa pessoa, em tese, faz uma denúncia,...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Faz. Faz uma denúncia contra mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... uma acusação contra V.Sa...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Em tese, faz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... e o juiz manda extrair dessa denúncia um requerimento de investigação à Polícia Federal, ao Ministério Público?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não sei. Se ele fez, fez sigilosamente. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas V.Sa. não tem conhecimento de que tenha sido feita uma solicitação de investigação por parte desse juiz?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Mas como eles usam esse depoimento, seria o juiz preventivo. Está aqui. *(Pausa.)* Agora eu... É aqui: *"Registre-se, autue-se, após volte para análise"*. Está aqui o depoimento. De qualquer forma, se o DPF quisesse a escuta, teria que ter sido encaminhado a esse juiz, que eles estão se baseando nisso para pedir a escuta, não é? E não aquela outra juíza. Esse seria o juiz preventivo até, em termos. Não, se não quisesse fazer por distribuição, como eles não fizeram, já endereçaram a outra juíza...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas esse documento despachado pelo juiz atinge que objetivo? Ou seja, ele é encaminhado para onde?



Quem toma conhecimento desse documento para que isso se torne ou um procedimento administrativo da Polícia Federal ou um inquérito policial na Polícia Federal ou uma denúncia do Ministério Público?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Eu não tenho aqui essa informação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele foi encaminhado à Diretora de Inteligência, não foi isso?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - A carta anônima.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A carta anônima, não é?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não. Esse depoimento que o sujeito fez perante o juiz eu não tenho aqui a notícia como que esse documento veio parar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - De quando é esse depoimento?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Esse depoimento é do dia 11 de maio de 1997.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele foi prestado a quem?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Ao juiz... *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - De que ano é este depoimento?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Hã?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - De que ano é este depoimento?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É de 1997.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, é bem anterior à carta, que foi de 1999...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... e a todos os procedimentos. V.Sa., como delegado de polícia, requereu interceptações?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Eu, sempre que necessário, para um auxílio nas investigações, para um possível flagrante, ao final de uma investigação, se requeria. E era muito difícil se obter a interceptação, porque o juiz queria provas conclusivas de que a pessoa era praticamente 90%, 80% culpada.



Então, às vezes, ele concedia, que era para exatamente originar o flagrante, que não foi o caso que ocorreu nesse objeto dessa seção. Certo? Porque se eu tivesse cometido ilícitos penais da ordem que queriam me atribuir, com todo o aparato do DIP e DPF, com meios materiais, meios eletrônicos e com pessoal à vontade, eu teria que ter sido preso em flagrante, e não o fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Tem nesse procedimento que foi encaminhado à Justiça algum relatório de campana, relatório de fotografia tirada, de encontro, algum relatório que não seja a interceptação telefônica?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não. Só adiante... Isso aí, não nesse início, nas 7 prorrogações, mais adiante, tem uma foto em que eu estou encontrando... Depois que o meu informante foi preso, o sobrinho dele me procurou, porque ele havia pedido que eu conseguisse um local para deixar a caminhonete dele porque estava pagando estacionando no aeroporto. Então, tem uma foto eu encontrando com o sobrinho dele para tratar desse assunto, em 9 de junho de 2004. Só.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então um pouquinho antes da prisão?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Um pouquinho antes da prisão. Tem uma foto que ele está encontrando comigo para... Ele veio me pedir o local que pudesse deixar a caminhonete para não pagar estacionamento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, por ora, eu estou satisfeito, para permitir que os outros Deputados possam também usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Edmar Moreira, algum questionamento?

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, eu vou ser breve.

Sr. Relator, Deputado Nelson Pellegrino, Deputado William Woo, Dr. Wilson Alfredo Perpétuo, Dr. Paulo Roberto, assessores e demais presentes à Mesa, Dr. Saulo. Com certeza, Sr. Presidente, é muito difícil fazer um juízo do mérito sem se conhecer o processo em todo seu detalhamento.

Agora eu quero, ao iniciar minhas palavras, parabenizá-lo, Presidente, pela iniciativa da instalação desta CPI e dizer que já tenho dito repetidas vezes que o



legislador às vezes, se ele não se acovarda, pelo menos ele legisla egoisticamente, porque ele se esquece, como naquela propaganda que vemos nas rodovias: “Amanhã a vítima pode ser você”. E quando se fala em vítima, com certeza, é do mais graduado ao menos graduado. Tenho para mim que a escuta telefônica coloca o cidadão, a cidadã a nu, afora os constrangimentos e tudo aquilo que possa haver.

Dr. Perpétuo, eu já o conhecia de nome e tive a oportunidade de conhecê-lo hoje pessoalmente. Não fazia a mínima idéia de sua fisionomia, de como o senhor era, mas quero aproveitar o momento para parabenizá-lo pelo filho que o senhor tem, que é o Leandro. É um rapaz de ouro. Ele me procurou e me contou o que pretendia. O mínimo que pude fazer foi encaminhá-lo a nossa CPI, ao Presidente. E, com certeza, graças à sensibilidade do Presidente da Comissão e do nosso Relator, eu entendia, tinha uma expectativa que o seu relato, o seu caso teria muito a somar a esta CPI. Mas a partir de hoje essa minha expectativa se transforma numa realidade, porque, meu caro Presidente, baseado... Repito, não conheço os autos, é difícil fazer uma avaliação do mérito, e o papel principal da nossa CPI diz respeito a grampo, não é a fase investigativa de quem fez isso ou deixou de fazer, mas evidentemente com a participação do grampo. Acho que esse seu caso, seus processos vão ser muito importantes.

Sr. Presidente, baseado no que ouvi aqui hoje — e temos que ouvir as 2 partes, a terceira, a quarta, todos aqueles que participaram —, vi uma inovação aqui, muita coisa. Nas suas intervenções, foi dentro da intervenção do Relator, do Deputado Nelson Pellegrino, essas inovações vieram à tona, como, por exemplo, uma carta anônima de 1999 que ficou hibernando, como quando se coloca, sei lá, um título, alguma coisa num cofre, desde 1999, e deixa para lá. Só 5 anos depois, em 2004, ela foi tirada e reanimada, porque ela estava hibernando. Esse lapso de tempo, considerando que foram as mesmas pessoas que a receberam em 1999 (corrija-me os números, porque não fiz nenhum tipo de anotação nesse sentido), é que, em 2004, temos essa carta anônima aí. Vamos tomar essas providências. Pior ainda, Sr. Presidente (corrija-me se eu estiver errado), foram feitos relatórios. E não inquérito policial; é como diria lá na roça: é diretamente do produtor ao consumidor. Acabou! não há inquérito policial! Pelo que se nota, são depoimentos; e digo frágeis, não no conteúdo, mas porque são pequenos. E também fazia este juízo: de que,



nesse lapso de tempo das prorrogações sucessivas da autorização das escutas telefônicas, Sr. Presidente, não houve absolutamente fatos novos relevantes que ensejassem essa multiplicação de renovações que justificassem. Agora, com todo o respeito à meritíssima juíza, Dra. Flávia (não a conheço), acho, Sr. Presidente... Já quero deixar registrado aqui que aí é que está o DNA de todo esse processo; é a *pole position*. Tudo começou através dessa doutora, que, não sei... Ocasionalmente, todos os pedidos foram para ela. Não houve... não houve distribuição. E eu entendo que ela não seria preventiva nesses casos de autorizações repetitivas. Mas quero dizer, Sr. Presidente, que vou fazer um requerimento, com a permissão de V.Exa., do nosso Relator e do Plenário da Comissão, porque nós precisamos convidar ou convocar a Dra. Flávia, exatamente porque entendo que ela seria a peça principal para dizer a esta Comissão... para que nos dê dados, para que futuramente nós possamos fazer realmente uma legislação, para que todos possam dizer que a escuta telefônica realmente está a serviço da Justiça, que está a serviço da lei. Dr. Perpétuo, gosto de falar que é o ano que vem. Tem gente que esconde idade; acho que a gente tem que envelhecer e assumir a idade. Faço 70 anos ano que vem e tenho uma certa vivência de polícia, de inquéritos, mas não tanto quanto o nosso Presidente. Sou lá do interior das Minas Gerais. Já fui capitão da PM de Minas, fui delegado de polícia, e a gente aprende, até no olhar das pessoas, no semblante das pessoas, a saber que a pessoa não é dessa periculosidade que se lhe rotulam. E eu, com o respeito que lhe devo, estou frente a um homem de alta periculosidade aqui. Se nós compararmos as penas até então imputadas ao Fernandinho Beira-Mar, ao Marcola e outros tantos, Dr. Perpétuo, eles vão lhe ficar devendo alguns anos. Os fatos têm que ser apurados? Tem. A autoridade ensejou que se trata de crime? Vamos apurar, seja ele o mais elementar ou o mais grave possível. Então, Dr. Perpétuo, eu acho que as coisas não acontecem por acaso. Eu me preocupo. De certo modo, já estou fora do tempo de garantia, mas tenho meus filhos, tenho meus netos, e me preocupo. E tenho certeza de que todos os Srs. Deputados que aqui se encontram, a partir do nosso Presidente que teve essa iniciativa... Iniciativa — é isto mesmo. Daqui tem que sair uma legislação, se não a legislação mais perfeita, mas uma legislação que coíba, que evite. Puxa! Não está no áudio?! Aparece uma voz do Além que acrescenta uma frase, uma palavra. Ora, isso muda totalmente o



entendimento da coisa. Eu falei na sua ausência, meu caro Relator. V.Exa. já esgotou todo o assunto. Mas não há inquérito policial; inovaram completamente. Eu falei sobre o lapso do tempo da carta anônima de 1999 a 2004. Por que não a queimaram ou jogaram fora? Boa pergunta. Ou não deixaram lá assim? Porque ali começou, se não uma armação, pelo menos... Vamos deixar aqui em garantia — quem sabe, não é? Quem sabe isso aqui futuramente vai acontecer. Mas, com todas essas observações que eu faço, eu volto à escuta telefônica. Minha mulher fala: *“Edmar, você fala muito!”* Falo. Eu já não gosto desse negócio de telefone, mas o que eu falo qualquer um pode copiar. Agora, se o que eu falo for gravado com a intenção de se dar outro contexto, aí, realmente, eu falo muito. Pode, faz, eu faço. E essas gravações foram todas submetidas à perícia, doutor? Têm laudo pericial as gravações?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - As gravações telefônicas são todas elas interpretadas por 2 escrivães. E aí, ao final, não é identificada equipe de análise.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Leia-se “escrivães”, mas, a rigor, seriam agentes. Desculpa a observação.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Foram colocados como agentes; são escrivães. Nem técnica policial, para a gente, eles têm.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Eu me dou por satisfeito por todo os esclarecimentos que o senhor prestou, pelas perguntas que o nosso Relator fez. Mas eu não quero ir embora sem lhe fazer uma indagação, indagação respeitosa. O senhor assim muito polidamente falou: *“Ah! mas isso tudo aconteceu comigo por causa de inveja do meu desempenho”*. Tudo bem, também. Mas, com uma agressão dessa natureza, continuada, tem que ter algo mais contra a sua pessoa. O senhor não faz nenhum tipo de avaliação por que tanta marcação? Usando assim o nosso linguajar aí.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Excelência, são coisas que, realmente... Fica difícil falar, fica difícil provar nominalmente. Então desde a carta anônima, que eu sei quem foi o autor, mas eu não posso provar porque quem me contou disse que foi feito no seu escritório e que a pessoa tinha mágoa pelo meu sucesso, que realmente eu tive grande sucesso em Ribeirão Preto. E foi feito no



escritório, mas diz que não vai depor, porque ele sabe que virá a retaliação. Então fica difícil. Uma outra pessoa envolvida também foi uma pessoa que me pediu um favor para que intercedesse junto a político para que ele tivesse uma promoção, esse do Judiciário. Eu até pedi, mas ele não conseguiu essa promoção. E fiquei sabendo que ficou com ódio mortal meu. E no Brasil, de graça, já diziam que o sucesso é praticamente uma ofensa pessoal ao outro. Eu me lembrava de... Trabalhei numa empresa americana já nos anos 70. Um diretor da América do Sul, nós estávamos conversando, e ele disse que nos Estados Unidos a pessoa vê alguém no alto da escada e o imita, sobe atrás e tenta derrubá-lo do alto da escada, maior capacidade, e no Brasil nós fazemos o contrário, nós puxamos a escada para que ele caia onde a gente está. Então a própria carta, se o senhor analisar, o senhor vai ver que ela contém uma mágoa da pessoa que a fez. E eu desminto essa carta com as coisas que aqui tenho. E se eu realmente, como o senhor disse, fosse um criminoso desse naipe, será que eu enganei 26 anos a todas as pessoas por onde eu passei? Só recebi elogios das sociedades por onde passei, estão aqui. Então não enganei. Eu sempre me dediquei. Fui um funcionário dedicado, terminei minha carreira praticamente financeiramente sem nada. O meu último ano eu paguei só de Banco do Brasil quase 9 mil reais de juros e tive a felicidade de formar bem a família. Ocupei o meu salário para formar bem a minha família. Meus 3 filhos têm o curso de Direito, cada um... só a minha filha advoga, mas os outros 2, um é policial, o senhor bem conhece, e o outro filho trabalha em Ribeirão Preto. Mas formei bem minha família e estou satisfeito. Uma família unida, uma família realmente de uma boa formação. Mas, infelizmente, há pessoas que acham que eu as ofendi tendo sucesso na carreira. O meu próprio currículo o senhor pode examinar. Vai ver que a minha carreira sempre foi uma carreira de sucesso. Por onde eu passei, graças a Deus, deixei amigos. E fui surpreendido — para mim foi uma surpresa. Eu realmente contei aqui uma coisa que aconteceu numa audiência, onde a pessoa levou a minha mão ao coração e disse que eu não preocupasse, que era uma pessoa importante no processo. Eu achei que realmente ele sabia que eu estava inocente, mas possivelmente fazia parte dessa armação. Estou tentando provar a minha inocência. Tenho certeza que nas esferas superiores vou provar. Os processos têm uma série de nulidades, que foi argüido pelos meus advogados, uma série de nulidades que



não foram apreciadas aqui. Estou satisfeitiíssimo. Agradeço muito a esta Comissão Parlamentar de Inquérito porque talvez aqui foi um desabafo, alguém me ouviu. E quiçá daqui, talvez, ilumine meu caminho mais adiante!

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Doutor, continue com essa fibra, não esmoreça. Tem sua família, e com certeza... Há pessoas que dizem que só acreditam na justiça divina. Eu, não. Eu acredito na justiça de Deus e dos homens. Nós temos que acreditar na justiça. E com certeza a verdade prevalecerá.

Queria agradecer, mais uma vez, ao nosso Presidente e ao nosso Relator por esta oportunidade de estar aqui, Presidente, e de colaborar muito pouquinho, mas de nós podermos, de mãos dadas contigo, sob a sua batuta, levar esta CPI a bom termo e ratificar que eu vou submeter à apreciação de V.Exa., do Relator e do Plenário a oitiva da Dra. Flávia Cera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Edmar Moreira.

Deputado William Woo para os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Sr. Presidente, o Relator já fez diversas perguntas sobre o fato. Só tenho mais uma a indagar ao Dr. Wilson Perpétuo. V.Sa. se encontra em reclusão desde quando?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Desde o dia 23 de junho de 2004.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - E V.Sa. falou durante o relato que parece que sua família ainda se encontra com uma vigilância telefônica. Você pode falar algo sobre o assunto?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Eu tenho quase certeza que continua ainda esse grampo telefônico, na esperança que pegasse alguma coisa de positivo, porque isso aqui, se for apreciado, realmente, todos os processos por um juiz independente, tenho certeza da minha absolvição. Eu tive o meu filho, nasceu meu terceiro neto, filho dele, no dia 30 de outubro...

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Do ano passado, 2007?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - É. Do ano passado. Pela madrugada. E ele só telefonou para a minha esposa em São Paulo e para o meu filho Leandro comunicando ao irmão que tinha nascido a criança, que estava bem a criança, estava com saúde, estavam todos satisfeitos. E pela manhã, ao se deslocar



da maternidade para casa, ele encontrou um agente que é o responsável pela interceptação telefônica em Ribeirão Preto, que é um agente conhecido dele. E o agente o cumprimentou pelo nascimento da criança na madrugada. Quer dizer, pela manhã, possivelmente, ao verificar as escutas telefônicas da minha família, ele escutou essa conversa entre meu filho e a mãe ou entre meu filho e o outro irmão, certo? E que tinha nascido a criança. Ele não tinha bola de cristal, não foi noticiado na televisão, não foi noticiado no rádio que a criança tinha nascido na madrugada, e o sujeito o cumprimentou efusivamente: *“Olha, meus parabéns pelo seu filho! Está tudo bem?”*

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - V.Sa., visto que envolveu 3 números de telefone, V.Sa. saberia informar os números desses telefones ou poderia informar posteriormente através do advogado?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Posteriormente, através do advogado, poderia ser informado.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Se fosse possível os números e os CPF dos titulares dessas 3 linhas, isso em outubro de 2007.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, 2007. Está certo.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - E todas essas ações estão transcorrendo na mesma vara?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Todas na mesma vara. O juiz não abriu mão. Inclusive, alguns casos que tem aí são da esfera da Polícia Estadual. Um caso típico: o meu informante foi preso, me ligou no dia 9 — até a data do meu aniversário, por sinal —, 9 de junho, e disse que estava preso. Eu disse que não podia fazer nada por ele. Eu disse que não podia fazer nada, porque era um mandado de prisão do Paraná. Então ele queria que eu contratasse um advogado para ele. Segundo esse meu informante, não ofereceu vantagem nenhuma para os policiais, e eu sou processado porque ele conversou comigo e que eu teria corrompido os policiais. Os policiais disseram que não conversaram comigo. Não conversei mesmo. E que eu teria corrompido os policiais. Corrupção ativa dos policiais. E sou enquadrado, inclusive, numa condenação também na quadrilha dele porque ele mantém conversas com a quadrilha. É uma coisa. E as conversas comigo não têm nada a ver com as conversas que ele manteve com a quadrilha.



Mas eles colocam num prato só com aquele depoimento daquele Sr. Roberto Lopes Álvares, que está aqui claramente mostrando que foi induzido a mentir. Foram colocadas palavras na boca dele em troca da sua liberdade, porque ele tinha 15 anos de reclusão para cumprir no Maranhão, foi apreendida uma pistola de 9 milímetros, numeração raspada, carregada, e mais 40 cartuchos, e solenemente ignorado tudo isso pela Justiça, colocando-o em liberdade.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Era só isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado William Woo. Tenho alguns questionamentos para encerrar esta audiência, que dizem respeito a algumas questões que ficaram em aberto. V.Sa. afirma que membros da sua família também tiveram telefone interceptado, além do senhor. É isso? Os telefones desses membros da sua família estavam em seu nome, ou estavam em nome desses membros da sua família?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Em nome dos membros da minha família.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Os membros da sua família foram denunciados nesse processo?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não. Não foram denunciados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Sa. sabe dizer a que título os membros da sua família, que são uma individualidade, estavam interceptados?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Possivelmente para... entre a conversa deles, obter alguma coisa contra mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Existe, nos autos do processo, alguma das falas havidas entre o senhor e os seus familiares nos telefones dos seus familiares, e não no seu?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não. Tem telefones meus ocupados pelos meus familiares. Por exemplo, aqui dentro do processo mesmo, a minha esposa conversa com uma senhora que é espírita. Conversando, colocam aqui nesse processo uma coisa que nada tem a ver. Minha esposa conversando com uma senhora espírita.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E essa quebra de sigilo dos seus familiares tem como fundamentação nos autos o quê?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Os números foram atribuídos ao senhor, ou foram individualizados como telefones pertencentes aos seus familiares?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Realmente, eu não poderia aqui dizer, de momento. Eu não sei se o meu advogado teria aqui esses dados. Pode ser encaminhado posteriormente? Isso aí precisa uma pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não. É porque é importante para a CPI saber: primeiro, a interceptação sobre o senhor em função de uma suspeita que lhe é atribuída. Outra coisa são outras individualidades, outras pessoas que também se submetem à interceptação quando contra elas não pesa nenhum ilícito penal. Pelo menos até o momento não houve nenhuma denúncia no que diz respeito a essas pessoas, bem como as prorrogações que tenham sido feitas em relação a essas pessoas, que hoje, ao que parece, não sofreram, por parte da atuação do Estado — com E maiúsculo —, uma denúncia ou um julgamento.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Está me recordando o advogado que, inclusive, consta aí nesse relatório que o meu filho Leandro é policial, e ele sofreu um assalto, e nesse assalto ele matou o assaltante. Eles atiraram nele, e ele, na troca de tiros, matou o assaltante. E aí, dentro do relatório, diz: “Bom, isso tem que ser investigado.” Certo? Então, o próprio DPF dizendo que isso tem que ser investigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, só para que a CPI possa bem entender e procurar fazer um breve resumo, corrija-me se estiver errada a interpretação que aqui eu faço, e espero que, se houver, por parte de alguns dos meus companheiros de CPI, alguma incorreção, também façam a correção.

V.Sa. foi investigado por mais de 2 anos, praticamente por 2 anos e 3 meses, sem inquérito policial instaurado, através de um documento da área de inteligência da Polícia Federal, que dá origem a um processo de interceptação. A única base existente para esse relatório de interceptação por parte da Polícia Federal que gera



o pedido de interceptação é uma carta anônima. Não há nenhum outro dado de investigação preliminar realizado pela Polícia.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Uma carta anônima, o depoimento daquele sujeito do *jet ski* e a citação de uma empresa, Riber Águias, que eu encerrei a atividade de segurança dela porque era irregular. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E nesse período, concomitantemente com V.Sa., seus familiares também tiveram as suas linhas pessoais em nome deles interceptadas também?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não sei o período exato. Teria que ser verificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas durante algum período da investigação tiveram eles telefones que estavam nos CPFs deles e nos nomes deles, e não no nome de V.Sa.? É isso? As prorrogações se deram de forma automática, sem nenhuma comprovação relativa a fatos novos ou a fatos relativos a crimes praticados por V.Sa.?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Exatamente. As 7 procurações que eu entreguei aqui, os 2 volumes, os senhores irão verificar que nada existe de qualquer coisa de crime. Então uma conversa interpretada, como, volto a dizer, conversa da minha casa, se você isoladamente olhar aquela conversa, lógico, telefonema de Foz do Iguaçu para mim, dizendo que estavam enviando os 10 mil reais. Aí coloca o suspeito César, de Foz do Iguaçu. Isoladamente, se olhar isso, seria um indício. Mas só que não tem a outra conversa anterior, que também conversei por telefone, não conversamos pessoalmente, onde mostra que é uma casa. E outra coisa: não é Foz de Iguaçu. Aí, maliciosamente, foi colocado Foz de Iguaçu, quando era Uruguaiana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Sa. recebeu a cópia integral de todas as conversas que foram interceptadas, ou só daquelas que constam dos autos?

O SR. PAULO ROBERTO PRADO FRANCHI - Após muito tempo conseguimos...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Agora, a integral também não sei se realmente é integral, integral, porque eu recebo como fosse integral, porque no



dia, por exemplo, no dia em que eu conversei com a pessoa para a venda da casa, eles podem dizer que esse dia não foi gravado nada, que a interceptação não foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas V.Sa. pediu perícia, por exemplo, da bilhetagem *versus* o que foi apresentado como gravação de V.Sa.?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não havia bilhetagem nos autos, realmente não foi pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Parece-me que talvez para a feitura da correção dessa prova, há necessidade de ver a bilhetagem desses números *versus* o número de horas apresentadas como gravadas, que é uma forma de se saber se está o todo, ou se o todo não está contido dentro dos autos. V.Sa., por fim, verifica que no bojo dessa operação toda existem, ou foi feita, uma degravação de todo o procedimento?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não consta nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Foi feita uma perícia, existe um laudo pericial de que a integralidade das degravações ou das gravações feitas não tem emendas ou...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não há laudo pericial também do sistema degradado?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito bem. Os agentes que praticaram as interceptações foram ouvidos no curso do processo pela acusação ou pela defesa?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, não foram ouvidos. Os 2 escrivães que se passam por agentes na solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Sa. sabe onde se deu a interceptação?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Em Ribeirão Preto. Segundo os ofícios que estão aí, são mandados para Ribeirão Preto para credenciar os 2 agentes para fazerem... os 2 escrivães para fazerem a interceptação. Acho eu que em Ribeirão Preto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas V.Sa. tem informações de onde em Ribeirão Preto? Se foi na própria sede da Delegacia da Polícia Federal?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, na sede da Delegacia da Polícia Federal não foi. Eu desconfio que a casa do agente Moacir Moura, que é esse agente que continua fazendo monitoramento, eu sei que em uma certa época ela era utilizada para fazer o monitoramento, a casa do agente Moacir Moura. Não posso afirmar que nessa época tenha sido feito lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Foram em CDs ou em fitas cassete as gravações relativas?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Em CDs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Há algum esclarecimento a mais que V.Sa. gostaria de prestar?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não. Eu acho que realmente houve por bem esclarecer o que consta nesses 2 processos. Eu acho que é de peso para demonstrar que, durante 7 prorrogações, não houve nada. Tanto é, até a própria juíza... Com licença, ver se eu consigo localizar aqui... As interpretações, estou olhando aqui, as interpretações, por exemplo, na maçonaria, nós tínhamos a comissão de festas. E o sujeito me liga e fala: olha, a comissão... vamos ver o negócio da comissão, hoje à noite. Comissão é interpretada como fosse valores, comissão de festa. E inclusive dizem que alguma coisa era feita dentro da maçonaria para... coisas ridículas assim. Eu queria achar até uma manifestação da juíza aqui. A maioria das coisas eu iluminei, se for passando o processo e iluminando vai ver que... Eu não sei se é no final, a própria juíza diz que nada...acho que é na folha 301...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Vai ficar aí a cópia desse material?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Vou deixar. *(Inaudível.)*...Se os senhores olharem as partes iluminadas vão ver: Juíza - *Relato, porém, que em caráter excepcional, em razão das novas e graves denúncias...* Eles sempre trazem denúncias assim e fazem ilações *que possivelmente Perpétuo está recebendo dinheiro...*



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Perpétuo, só me permita, quando ela se refere a novas e graves denúncias, essas denúncias são citadas quais são?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, é isso aqui. É como eu disse ali, por exemplo, *“recebe dinheiro de Foz de Iguaçu” e tal, que eles colocam só...*

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas são elementos novos?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, não tem.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não há elementos novos nas prorrogações?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO – Não. Aí ela diz o seguinte: *Ressalto, porém, que em caráter excepcional, em razão das novas e graves denúncias trazidas a estes autos, está sendo indeferida a continuidade dessa diligência, pois todo monitoramento feito até o presente momento não surtiu bons resultados no sentido de fornecer dados relevantes que justifiquem a manutenção desta medida.* Ela própria reconhece, às fls. 252...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas que prorrogação é essa, Dr. Perpétuo?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Essa aqui foi a 6ª prorrogação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sexta prorrogação?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - A 6ª prorrogação. Ela reconhece que não tem nada, ela própria reconhece às fls. 252.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - No microfone, Deputado Edmar, por favor.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Eu lhe perguntei, o Presidente e o nosso Relator, Deputado Nelson Pellegrino, mas só para ficar sem nenhuma dúvida, o que ensejou essas novas autorizações de interceptação? Não houve absolutamente nenhum fato novo.

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO – O 7, aqui, no que está aqui, não existe nada, absolutamente. Se os senhores verificarem, os senhores vão verificar que não existe nada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Esse despacho aqui foi no dia 2 de agosto de 2002. Começou em abril. Ela reconhece que não tem nada, ela própria reconhece que não tem nada. Então, aí é o desespero em buscar alguma coisa. Certo? Eles chegam ao cúmulo...Aqui, eu tinha, a minha casa, quando eu morei também em Foz do Iguaçu... Eu sempre por onde eu passei procurei, em vez de pagar aluguel, eu ia comprando uma casa. Não tenho nada, porque depois eu tinha que vender para comprar em outro lugar, quando saía, tinha que vender para comprar em outro lugar. Essa casa em Foz do Iguaçu, eu tinha uma pessoa cuidando da casa, que eu estava vendendo a casa de Foz do Iguaçu, quando saí de Foz; então, sempre vendia e comprava em outro lugar em vez de pagar aluguel. A casa de Foz do Iguaçu, eu estava vendendo. Então, eu coloquei um rapaz lá dentro para que ele tomasse conta da casa, para que ninguém entrasse lá e não deteriorasse a casa. E o Delegado Ferry — é um nome não muito comum, DPF Ferry, Delegado Ferry —, então ele me pagava, o sujeito, e me ligava e falava: *Foram 200 reais, teve uma despesa, comprei alguma coisa e tal.* E eu remetia 200, 100, 50 reais. Aí, coloca assim: *Perpétuo faz contato com Foz, faz remessas regulares para Foz do Iguaçu, para um tal de Ferry.* Poderá ser até o Delegado Ferry, mas sempre ensejando alguma coisa irregular...

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - A quantia...

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Não, não, falou até de 200 reais, esse negócio. É imoral; isso aqui é uma imoralidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mais algum questionamento? Advogado, Sr. Perpétuo?

O SR. WILSON ALFREDO PERPÉTUO - Vou reunir aqui as coisas para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito bem. Então, acredito que a CPI cumpriu com sua obrigação, colheu dados que serão muito importantes para a feitura do relatório. Fica-se aguardando a apresentação do requerimento do Deputado Edmar Moreira para a oitiva da juíza. Eu determino a juntada de todos os documentos ora recebidos, resguardado o segredo de justiça, a fim de que sejam mantidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.



Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, não sem antes agradecer a contribuição de S.Sa., Dr. Perpétuo, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Está encerrada a presente reunião.